

CONTRATO FIRME DE COMPRA E VENDA DE GÁS NATURAL

TRADENER LTDA, com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 603, 8º andar, CEP 80430-180, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.691.745/0001-70, autorizada pela ANP a atuar como Agente Comercializador de Gás Natural, por seus representantes legais abaixo assinados, ou por suas filiais, doravante denominada **VENDEDORA**, e

COMPANHIA PARANAENSE DE GÁS – COMPAGAS, com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Av. João Gualberto, nº 1698, 6º andar, CEP 80030-001, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.535.681/0001-92, por seus representantes legais abaixo assinados, doravante denominada **COMPRADORA**,

CONSIDERANDO QUE:

- (i) Conforme disposto no parágrafo 2º do artigo 25 da Constituição Federal, cabe aos estados explorarem, diretamente ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado;
- (ii) A **COMPRADORA** é a concessionária exclusiva para exploração dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado no Estado do Paraná, conforme **CONTRATO DE CONCESSÃO**;
- (iii) A **COMPRADORA** realizou a Chamada Pública nº 01/2025 visando à compra de GÁS e a **VENDEDORA** apresentou proposta de fornecimento e se sagrou vencedora;
- (iv) A **VENDEDORA** deseja vender e disponibilizar GÁS à **COMPRADORA**, cabendo à **VENDEDORA** a contratação da capacidade de entrada no SISTEMA DE TRANSPORTE e à **COMPRADORA** a contratação da capacidade de saída no SISTEMA DE TRANSPORTE;
- (v) Previamente à data de início do fornecimento, as **PARTES** deverão ter contratadas as capacidades de transporte e deter todas as autorizações e contratos necessários para viabilizar o cumprimento deste **CONTRATO**;

RESOLVEM as **PARTES** celebrar o presente Contrato Firme de Compra e Venda de GÁS (“**CONTRATO**”), que será regido pelas cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

1. DEFINIÇÕES

1.1. Qualquer termo ou expressão grafado em maiúsculas e/ou **VERSALETE (CAIXA ALTA)** neste **CONTRATO** terá o significado que lhe foi atribuído nesta cláusula, seja no singular ou no plural:

AFILIADA: significa, com relação a qualquer **PARTE**, qualquer pessoa física ou jurídica, residente ou com sede no Brasil ou no exterior que (i) seja, direta ou indiretamente, controlada por esta **PARTE**; (ii) controle, direta ou indiretamente, tal **PARTE**; (iii) seja, direta ou indiretamente, controlada por qualquer pessoa que controle, direta ou indiretamente, tal **PARTE**. Conforme utilizado nesta definição, “controle” significa, em uma sociedade ou outra forma de organização comercial, (i) a titularidade direta ou indireta de mais de 50% (cinquenta por cento) dos direitos de voto e/ou (ii) o poder de orientar ou determinar a orientação da administração ou políticas.

ANO: significa cada período que:

- (a) para o primeiro **ANO**, começará no **DIA** do **INÍCIO DE FORNECIMENTO** e terminará no último **DIA** do mês de dezembro do ano em questão;

- (b) para cada ANO sucessivo ao referenciado na alínea (a) supra, com exceção do último ANO de vigência do CONTRATO, começará no primeiro DIA de janeiro do correspondente ano e terminará no último DIA do mês de dezembro do mesmo ano;
- (c) para o último ANO de vigência do CONTRATO, começará no primeiro DIA de janeiro do correspondente ano e terminará no último DIA de vigência do CONTRATO;
- (d) os termos “ANUAL”, “ANUALMENTE” e semelhantes serão interpretados de modo correspondente;

ANP: significa a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, agência reguladora da atividade do setor de gás e petróleo, criada pela Lei nº 9.478, de 06/08/1997 ou qualquer outra entidade que, por força de LEI, venha a substituí-la no futuro.

ARREDONDAMENTO, ARREDONDADO OU ARREDONDAR: significa o critério de arredondamento abaixo descrito:

- (a) Se a casa decimal subsequente ao algarismo a ser arredondado variar de 0 a 4, o algarismo a ser arredondado manterá seu valor;
- (b) Se a casa decimal subsequente ao algarismo a ser arredondado variar de 5 a 9, o algarismo a ser arredondado terá uma unidade somada ao seu valor.

CALORIA: significa a quantidade de calor requerida para elevar a temperatura de 1g (um grama) de água pura de 14,5°C (quatorze vírgula cinco graus Celsius) até 15,5 °C (quinze vírgula cinco graus Celsius) à pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil, trezentos e vinte e cinco Pascals). Uma CALORIA equivale a 4,1855 J (quatro vírgula um oito cinco cinco Joules). Uma QUILOCALORIA (kcal) significa 1.000 (mil) CALORIAS.

CAPACIDADE NÃO UTILIZADA (CNU): significa a QUANTIDADE DE GÁS calculada conforme previsto no item 5.1.1.1.

CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR: significa qualquer evento que se enquadre nas condições e situações previstas na Cláusula 19 – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

CONDIÇÕES-BASE: significam as condições de temperatura de 20°C (vinte graus Celsius) e a pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil, trezentos e vinte e cinco Pascals).

CONDIÇÕES DE ENTREGA: Condições de Entrega definidas pelo(s) Transportador(es) no(s) Contrato(s) de Transporte e às especificações de QUALIDADE DO GÁS.

CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA: significam as condições de temperatura de 20°C (vinte graus Celsius), a pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil, trezentos e vinte e cinco Pascals) e o PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS), em base seca, para o GÁS igual ao PODER CALORÍFICO DE REFERÊNCIA (PCR).

CONSUMIDOR LIVRE: significa o consumidor de GÁS que, nos termos da legislação estadual aplicável, tem a opção de adquirir o gás de qualquer agente produtor, importador ou comercializador.

CONTRATO: significa este Contrato de Compra e Venda de GÁS, celebrado na MODALIDADE FIRME, seus eventuais anexos e aditivos celebrados.

CUSTO DE TRANSPORTE: significa todos os custos incorridos pela VENDEDORA e/ou pela COMPRADORA, conforme o caso, junto ao(s) transportador(es) para transporte do GÁS, incluindo todas as tarifas, encargos, penalidades e demais custos previstos no GTA, conforme detalhado no item 6.1.1 deste CONTRATO.

DIA: significa cada dia calendário do período de vigência do CONTRATO, tendo início à 00:00h (zero hora) e término às 23:59h (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos), tendo como referência GMT-3h (Greenwich Mean Time menos três horas).

DIA ÚTIL: significa qualquer dia em que os bancos sejam obrigados a operar simultaneamente nas cidades onde se localizam as sedes da VENDEDORA e da COMPRADORA.

DOCUMENTO DE COBRANÇA: significa qualquer fatura, nota fiscal, duplicata, nota de débito, boleto bancário, bem como qualquer outro título emitido por uma PARTE à outra para cobrança de valor que deva ser pago, nos termos do CONTRATO, pela outra PARTE.

DOCUMENTO DE CRÉDITO: significa qualquer carta de crédito, bem como qualquer outro documento ou NOTIFICAÇÃO emitida por uma PARTE à outra para concessão de crédito de um valor que deva ser devolvido ou creditado, nos termos do CONTRATO, para a outra PARTE.

ENCARGO DE CAPACIDADE (EC): significa a remuneração mínima mensal devida à VENDEDORA, exclusivamente pelos custos fixos não recuperáveis associados à reserva de capacidade de transporte do GÁS disponibilizada à COMPRADORA, na forma do item 5.1. Tal remuneração será faturada na forma do item 7.2.3 e subitens.

ENCARGOS MORATÓRIOS: significam os encargos cobrados em razão de atraso no pagamento de qualquer valor devido, conforme definido no item 7.7.

FALHA DE PROGRAMAÇÃO: significa a situação de retirada, pela COMPRADORA, de quantidades de GÁS em volume divergente da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP), conforme definido no item 16.2.1;

ESTAÇÃO DE ENTREGA: significa o conjunto de instalações, incluindo minimamente o SISTEMA DE MEDIÇÃO, localizadas junto ao gasoduto de transporte, necessárias para disponibilizar o GÁS à COMPRADORA, no PONTO DE ENTREGA, pela VENDEDORA ou por terceiro por ela contratado, nas condições estabelecidas no CONTRATO, cuja responsabilidade de operação e manutenção é da VENDEDORA ou terceiro por ela contratado. Para atender as exigências previstas pela regulação e/ou por este CONTRATO, a ESTAÇÃO DE ENTREGA poderá ou não contemplar também outros sistemas e equipamentos, tais como filtros, aquecedores e válvulas reguladoras.

EVENTO DE INADIMPLEMENTO: significa qualquer dos eventos definidos no item 18.1.

FALHA DE FORNECIMENTO OU FALHA NO FORNECIMENTO: significa a situação caracterizada pela ocorrência, em determinado DIA, em qualquer PONTO DE ENTREGA, de falta de disponibilidade de GÁS no PONTO DE ENTREGA, conforme disposto no item 11.4;

Excetuando-se qualquer das seguintes hipóteses, em que não se configurará FALHA NO FORNECIMENTO:

- (i) ser o fato comprovadamente atribuído a CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR;
- (ii) ter a COMPRADORA ou qualquer USUÁRIO do GÁS sido, de forma comprovada, a parte determinante para tal ocorrência;
- (iii) descumprimento comprovado pela COMPRADORA ou por terceiro por ela contratado das CONDIÇÕES DE ENTREGA;
- (iv) situações de PARADAS PROGRAMADAS.

GARANTIA DE PAGAMENTOS: significa a garantia, oferecida pela COMPRADORA, para assegurar à VENDEDORA o recebimento dos pagamentos devidos em decorrência do CONTRATO, definida na Cláusula 10 – GARANTIA DE PAGAMENTOS.

GÁS, GÁS NATURAL e GN: significa o gás composto pela mistura de hidrocarbonetos constituída essencialmente de metano, outros hidrocarbonetos e gases não combustíveis, que se extrai de reservatórios naturais cuja composição poderá conter gases úmidos, secos e residuais e que se encontra no estado gasoso nas CONDIÇÕES-BASE.

INÍCIO DO FORNECIMENTO: conforme definido no item 3.1.1.

LEI: significa qualquer espécie de ato normativo (como, por exemplo, lei, decreto, resolução, portaria) vigente no Brasil e aplicável ao disposto no CONTRATO ou que afete diretamente o cumprimento, por qualquer uma das PARTES, das disposições previstas no CONTRATO.

MÊS: significa, para o primeiro MÊS, o período que começa no DIA do INÍCIO DE FORNECIMENTO e termina às 23:59h (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos) do último DIA de tal MÊS. Para o último MÊS, começará no primeiro DIA do MÊS correspondente e terminará no último DIA de vigência do CONTRATO. Para os demais MESES, corresponde a cada mês calendário de vigência do CONTRATO, tendo início à 00:00h (zero hora) do primeiro DIA de cada MÊS e terminando às 23:59h (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos) do último DIA de tal MÊS. MENSALMENTE será interpretado de modo análogo.

METRO CÚBICO ou m³: significa o volume de GÁS que, nas CONDIÇÕES BASE, ocupa o volume de 1 (um) metro cúbico.

MODALIDADE FIRME: significa a modalidade de fornecimento de GÁS na qual, a pedido da COMPRADORA, a VENDEDORA se obriga a fornecer GÁS, até o limite da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL.

MULTA: significa o valor percentual definido nos ENCARGOS MORATÓRIOS, aplicado como penalidade pelo atraso no pagamento, por uma das PARTES, de qualquer valor devido em decorrência deste CONTRATO.

NOTIFICAÇÃO: significa qualquer comunicação escrita entre as PARTES feita na forma e dirigida aos endereços constituídos na Cláusula 22 – DOMICÍLIO E NOTIFICAÇÃO, cujo recebimento possa ser provado, pela PARTE emitente, de forma inequívoca, tal como uma notificação judicial ou extrajudicial, carta, comunicação eletrônica ou qualquer outro meio de notificação escrita que ofereça garantias semelhantes de comprovação de recebimento. Entenda-se NOTIFICAR e suas flexões verbais como o ato de enviar uma NOTIFICAÇÃO.

PARADA(S) PROGRAMADA(S): significam as situações transitórias descritas na Cláusula 15 – PARADAS PROGRAMADAS.

PARCELA DE MOLÉCULA (PM): significa a parcela referente à molécula contida no PREÇO DO GÁS (PG).

PARCELA DE TRANSPORTE (PT): significa a parcela referente ao transporte da molécula contida no PREÇO DO GÁS (PG).

PORTE(S): no singular, significa a VENDEDORA ou a COMPRADORA, conforme o caso; no plural, significa a VENDEDORA e a COMPRADORA, conjuntamente, conforme definição no preâmbulo deste CONTRATO.

PORTE AFETADA: significa a PARTE que invocar a ocorrência de evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, nos termos da Cláusula 19 – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

PERÍODO DE FATURAMENTO: significa o período definido no item 7.1.

PODER CALORÍFICO DE REFERÊNCIA (PCR): significa o PCS de 9.400 kcal/m³ (nove mil e quatrocentas QUILOCALORIAS por METRO CÚBICO).

PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS): significa a quantidade de energia liberada, na forma de calor, na combustão completa de uma quantidade definida de gás com ar, à pressão constante e com todos os produtos de combustão retornando à temperatura inicial dos reagentes, sendo que a água formada na combustão está no estado líquido. A determinação do PCS se fará com base no método ISO 6976:2016, ou suas revisões posteriores, em base seca, com ARREDONDAMENTO até o primeiro algarismo inteiro. Sua unidade de medida será kcal/m³ (QUILOCALORIA por METRO CÚBICO). Para conversão das unidades, 1 caloria será considerada igual a 4,1855 Joules.

PONTO DE ENTREGA: significa a localidade física onde o GÁS é entregue à COMPRADORA pela VENDEDORA ou por terceiro autorizado pela VENDEDORA, nas condições estabelecidas neste CONTRATO.

PREÇO DO GÁS (PG): significa o preço do GÁS, em R\$/m³ (REAIS por METRO CÚBICO), calculado e reajustado conforme Cláusula 6 – PREÇO E REAJUSTE.

QUALIDADE DO GÁS: significa o conjunto de parâmetros referentes à composição e às propriedades físico-químicas do GÁS, estabelecidos na legislação aplicável, indicada na Cláusula 14 – QUALIDADE DO GÁS.

QUANTIDADE DE GÁS: significa determinado volume de GÁS em METROS CÚBICOS nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, com ARREDONDAMENTO para número inteiro.

QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC): significa a QUANTIDADE DE GÁS objeto do compromisso de fornecimento da VENDEDORA neste CONTRATO.

QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP): significa a QUANTIDADE DE GÁS que a VENDEDORA tenha programado para, no DIA, disponibilizar à COMPRADORA, por PONTO DE ENTREGA, conforme Cláusula 11 – PROGRAMAÇÃO E FORNECIMENTO DO GÁS.

QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR): significa a QUANTIDADE DE GÁS efetivamente retirada pela COMPRADORA, no DIA, apurada por PONTO DE ENTREGA.

QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS): significa a QUANTIDADE DE GÁS solicitada pela COMPRADORA, para determinado DIA, estabelecida por PONTO DE ENTREGA, conforme Cláusula 11 – PROGRAMAÇÃO E FORNECIMENTO DO GÁS.

QUANTIDADE FALTANTE (QF): significa a QUANTIDADE DE GÁS calculada conforme item 16.1.2.

QUANTIDADE NÃO RETIRADA (QNR): significa a QUANTIDADE DE GÁS calculada conforme previsto no item 5.1.2.1.

QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA (QPNR): significa o saldo de QUANTIDADE DE GÁS acumulado pela COMPRADORA em decorrência de pagamentos efetuados à VENDEDORA de QUANTIDADES NÃO RETIRADAS.

QUANTIDADE RECUPERADA PELA COMPRADORA (QRC): significa a QUANTIDADE DE GÁS recuperada pela COMPRADORA do saldo remanescente de QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS.

RETIRADA MÍNIMA (RM): significa o valor do compromisso de retirada do GÁS da COMPRADORA, na forma do item 5.1.2. O valor do RM será faturado na forma do item 7.3 e subitens, sendo recuperável na forma do item 7.3.2 e subitens.

SISTEMA DE MEDIÇÃO: significa o conjunto dos elementos primários e secundários de medição de vazão, temperatura e pressão e, caso existam, analisadores, conversores, transmissores, computadores de vazão, integradores e registradores, que possibilitam a medição do GÁS fornecido na ESTAÇÃO DE ENTREGA.

SISTEMA DE TRANSPORTE: significa o conjunto de gasodutos de transporte interconectados e por outras instalações necessárias à manutenção de sua estabilidade, confiabilidade e segurança, nos termos da regulação da ANP.

USUÁRIO: significa qualquer cliente da COMPRADORA, consumidor do GÁS adquirido da VENDEDORA por meio deste CONTRATO.

VALOR DE INDENIZAÇÃO DA RESOLUÇÃO (VIR): significa a indenização pela resolução antecipada do CONTRATO definida conforme item 18.4.

2. OBJETO

2.1 O presente CONTRATO tem por objeto a venda pela VENDEDORA e a compra pela COMPRADORA de GÁS, na MODALIDADE FIRME, a ser disponibilizado pela VENDEDORA à COMPRADORA nos PONTOS DE ENTREGA, segundo as condições estipuladas neste CONTRATO.

3. PRAZO DE VIGÊNCIA E INÍCIO DO FORNECIMENTO

3.1. O presente CONTRATO entrará em pleno vigor e efeito na data de sua celebração e seu término ocorrerá em 31 de dezembro de 2027.

3.1.1. O INÍCIO DE FORNECIMENTO ocorrerá a partir do dia 01/01/2026, para todos os efeitos deste CONTRATO.

3.2. O presente CONTRATO extinguir-se-á automaticamente após o término do prazo de vigência estabelecido no item 3.1 sem a necessidade de qualquer comunicação, por qualquer das PARTES.

3.2.1. Sem prejuízo do disposto no item 3.2, permanecerão válidas as disposições relativas a incidências tributárias, solução de controvérsias e sigilo e confidencialidade, bem como as que, expressa ou tacitamente, devam permanecer em vigor após a resolução do CONTRATO.

4. QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL

4.1 Durante o prazo de vigência do presente CONTRATO, a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL será definida pelo seguinte quadro:

Período	QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (m ³ /DIA)
01/01/2026 a 31/12/2026	100.000
01/01/2027 a 31/12/2027	50.000

Redução da QDC decorrente da migração de USUÁRIOS do mercado cativo para o mercado livre

4.2 A partir da data de INÍCIO DE FORNECIMENTO, caso um ou mais USUÁRIOS optem pela migração para a condição de CONSUMIDOR LIVRE, ainda que na modalidade parcialmente livre, e passem a ser supridos diretamente pela VENDEDORA, deixando assim de consumir o GÁS regularmente fornecido pela COMPRADORA, a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL poderá ser reduzida pela QUANTIDADE DE GÁS que esses USUÁRIOS que optaram pela condição de CONSUMIDOR LIVRE tenham deixado de consumir da COMPRADORA no mercado cativo, mediante a solicitação da COMPRADORA à VENDEDORA e a celebração de aditivo contratual. Caso haja mais de um contrato em vigor entre as PARTES, a redução das quantidades diárias contratuais se dará em todos os contratos, considerando a proporção das QDCs destes contratos. As PARTES se comprometem a celebrar aditivos contratuais para registrar as reduções da QDC, nos termos deste item, no prazo de 90 dias a contar do recebimento pela VENDEDORA da NOTIFICAÇÃO da COMPRADORA.

4.2.1 Caso a COMPRADORA não envie NOTIFICAÇÃO à VENDEDORA, solicitando a redução da QDC, permanecerão válidas (i) as QUANTIDADES DIÁRIAS CONTRATUAIS pactuadas neste CONTRATO e nos eventuais outros contratos celebrados com a VENDEDORA ou (ii) as QUANTIDADES DIÁRIAS CONTRATUAIS ajustadas através de aditivos anteriores.

4.3 No caso de um ou mais USUÁRIOS optarem pela migração para a condição de CONSUMIDOR LIVRE e passarem a ser supridos diretamente por outro supridor (que não for supridor da COMPRADORA), deixando assim de adquirir o GÁS NATURAL regularmente fornecido pela COMPRADORA, a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL deste CONTRATO poderá ser reduzida no máximo até a proporção da QDC deste CONTRATO em relação às quantidades diárias contratuais de todos os contratos de compra e venda de gás natural na modalidade firme que a COMPRADORA detiver com a VENDEDORA e de todos os demais contratos de compra e venda de gás natural na modalidade firme que a COMPRADORA detiver com outros produtores, importadores, supridores, carregadores ou comercializadores de gás natural no momento da referida redução, mediante solicitação e comprovação da COMPRADORA à VENDEDORA da migração do USUÁRIO para a condição de CONSUMIDOR LIVRE e a celebração de aditivos contratuais, observados os subitens abaixo.

4.3.1 As reduções nas QUANTIDADES DIÁRIAS CONTRATUAIS de que trata o item 4.3 deverão ser requisitadas por meio de NOTIFICAÇÃO da COMPRADORA à VENDEDORA, contendo a comprovação da migração dos USUÁRIOS para a condição de CONSUMIDOR LIVRE, mediante envio de cópia das comunicações recebidas desses USUÁRIOS, com as informações referentes à migração. As PARTES se comprometem a celebrar aditivos contratuais para formalizar as reduções da QDC no prazo não inferior a 90 (noventa) dias a contar da NOTIFICAÇÃO da COMPRADORA à VENDEDORA acerca da migração do USUÁRIO para a condição de CONSUMIDOR LIVRE.

4.3.2 Caso a COMPRADORA não envie NOTIFICAÇÃO à VENDEDORA, permanecem válidas (i) as QUANTIDADES DIÁRIAS CONTRATUAIS pactuadas neste CONTRATO ou (ii) as QUANTIDADES DIÁRIAS CONTRATUAIS ajustadas por meio de aditivos anteriores.

5. COMPROMISSOS DE FORNECIMENTO, RECEBIMENTO E QUALIDADE DO GÁS

Aplicar-se-ão para fins dos compromissos de fornecimento e recebimento do GÁS os dispositivos desta cláusula.

5.1. Compromisso de Retirada do GÁS da COMPRADORA.

5.1.1. **Encargo de Capacidade (EC).** Ressalvadas as situações de não entrega ou não recebimento de GÁS por FALHA NO FORNECIMENTO ou PARADAS PROGRAMADAS de qualquer PARTE, a COMPRADORA obriga-se a, em cada MÊS, pagar à VENDEDORA, a título de ENCARGO DE CAPACIDADE (EC), conforme item 7.2.3, um custo associado à reserva de capacidade de transporte de entrada equivalente à 90% (noventa por cento) da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC) ou da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP), o que for maior, mesmo que a COMPRADORA não utilize tal capacidade, sendo apurada diariamente. Constatada a existência de CAPACIDADE NÃO UTILIZADA (CNU), o ENCARGO DE CAPACIDADE (EC) será calculado conforme item 7.2.3.1.

5.1.1.1. Para fins de verificação do cumprimento da obrigação estabelecida acima, a eventual CAPACIDADE NÃO UTILIZADA (CNU) pela COMPRADORA no correspondente MÊS será calculada diariamente conforme a seguinte fórmula, sendo igual a zero caso o cálculo resulte negativo:

$$CNU = \sum_{j=1}^M ((Max ((f \times QDC_j); QDP_j) - (QN_{PP} + QN_{FF}) - QDR_j)), \text{ onde:}$$

CNU	QUANTIDADE DE GÁS referente à CAPACIDADE NÃO UTILIZADA no correspondente MÊS, sendo igual a zero se o cálculo resultar negativo;
-----	--

QDC	QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC) vigente no DIA “j”;
QDP	QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) vigente no DIA “j”;
M	Número de DIAS do correspondente MÊS;
QN_{PP}	QUANTIDADE DE GÁS equivalente à limitação informada em cada NOTIFICAÇÃO de PARADAS PROGRAMADAS no respectivo DIA;
QN_{FF}	QUANTIDADE DE GÁS não disponibilizada decorrente de FALHA NO FORNECIMENTO no respectivo DIA;
QDR_j	QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR) no DIA “j” em todos os PONTOS DE ENTREGA;
j	J-ésimo DIA do correspondente MÊS;
f	Fator cujo valor é igual a 0,90.

5.1.1.2. Caso em determinado MÊS seja identificada a existência de CAPACIDADE NÃO UTILIZADA, na forma do item 5.1.1.1, a COMPRADORA deverá pagar à VENDEDORA o montante previsto conforme item 7.2.3, correspondente ao ENCARGO DE CAPACIDADE (EC), sem prejuízo do disposto no item 7.2.1.

5.1.1.3. O ENCARGO DE CAPACIDADE continuará a ser devido pela COMPRADORA durante a vigência de eventos de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, independentemente do reconhecimento de tal natureza pelo TRANSPORTADOR com relação ao evento em questão.

5.1.1.4. Qualquer saldo de encargo de capacidade que venha a ser restituído ou creditado à VENDEDORA pelo TRANSPORTADOR em razão da cobrança continuada de custos para reserva de capacidade de transporte de entrada durante a vigência de eventos de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR deverá ser integralmente repassado à COMPRADORA mediante desconto no ENCARGO DE CAPACIDADE (EC) devido pela COMPRADORA, desde que tais eventos tenham resultado em impossibilidade de entrega de GÁS à COMPRADORA e observados os limites de prazo, periodicidade e forma para recuperação de tais créditos no âmbito do respectivo Contrato de Transporte.

5.1.2. **RETIRADA MÍNIMA (RM).** Ressalvadas as situações de não entrega ou não recebimento de GÁS por FALHA NO FORNECIMENTO, PARADAS PROGRAMADAS ou CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR de qualquer PARTE, a COMPRADORA obriga-se a, em cada MÊS, adquirir e retirar da VENDEDORA e, mesmo que não retire, pagar à VENDEDORA, a título de RETIRADA MÍNIMA (RM), conforme item 7.3, uma QUANTIDADE DE GÁS que, na média diária do correspondente MÊS, seja igual ou superior à 80% (oitenta por cento) da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC) definida no item 4.1.

5.1.2.1. Para fins de verificação do cumprimento da obrigação estabelecida no item 5.1.2, as eventuais QUANTIDADES NÃO RETIRADAS (QNR) pela COMPRADORA referentes à RETIRADA MÍNIMA MENSAL (RMM) no correspondente MÊS serão calculadas conforme a seguinte fórmula:

$$QNR_{RM} = \left(80\% \times \sum_{j=1}^M QDC_j \right) - (QN_{PP} + QN_{FF} + QN_{FM}) - \left(\sum_{j=1}^M QDR_j - QRC_m \right)$$

QNR_{RM}	QUANTIDADE NÃO RETIRADA (QNR) de GÁS no correspondente MÊS, para fins de RETIRADA MÍNIMA (RM), sendo igual a zero se o cálculo resultar negativo;
QDC	QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC) vigente no DIA “j”;
M	Número de DIAS do correspondente MÊS;
QN_{PP}	Soma das QUANTIDADES DE GÁS não disponibilizadas no correspondente MÊS em função de PARADAS PROGRAMADAS;
QN_{FF}	Soma das QUANTIDADES DE GÁS não disponibilizadas no correspondente MÊS em função de FALHA NO FORNECIMENTO;
QN_{FM}	Soma das QUANTIDADES DE GÁS não disponibilizadas no correspondente MÊS em função de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR;

QDR_j	Somatório das QUANTIDADES DIÁRIAS RETIRADAS (QDR) no DIA “j” em todos os PONTOS DE ENTREGA no correspondente MÊS;
QRC_m	Somatório das QUANTIDADES RECUPERADAS PELA COMPRADORA (QRC) no respectivo MÊS;
j	Determinado DIA do correspondente MÊS.

5.1.2.2. Caso em determinado MÊS seja identificada a existência de QUANTIDADES NÃO RETIRADAS (QNR), na forma do item 5.1.2, a COMPRADORA deverá pagar à VENDEDORA o montante previsto conforme item 7.3.1.1, correspondente à RETIRADA MÍNIMA (RM), sem prejuízo do disposto no item 7.2.1.

5.1.3. QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA (QPNR) – Saldo.

Uma vez efetuado o pagamento referente à RETIRADA MÍNIMA (RM), as correspondentes QUANTIDADES NÃO RETIRADAS (QNR) relativas ao MÊS somar-se-ão, no fechamento de cada período, ao saldo de QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS (QPNR).

5.1.4. Recuperação de QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS (QPNR).

A COMPRADORA recuperará QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS (QPNR) até o limite do saldo existente na forma abaixo:

- (a) Durante o PERÍODO DE FORNECIMENTO, a recuperação de QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS (QPNR) será automática no fechamento do MÊS e a QUANTIDADE RECUPERADA PELA COMPRADORA (QRC) será igual à QUANTIDADE DE GÁS equivalente que tenha sido retirada acima do compromisso de RETIRADA MÍNIMA (RM), tendo como limite a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC) em base mensal.
- (b) Após o encerramento do PERÍODO DE FORNECIMENTO, na hipótese de haver saldo remanescente de QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS (QPNR), a COMPRADORA perderá o direito à sua recuperação, sem que seja devida qualquer compensação ou devolução à COMPRADORA dos valores pagos.

5.1.4.1. Havendo QUANTIDADES RECUPERADAS PELA COMPRADORA (QRC), será emitido um DOCUMENTO DE CRÉDITO conforme item 7.3.2.1.

5.1.4.2. A QUANTIDADE RECUPERADA PELA COMPRADORA (QRC) será deduzida do saldo de QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS (QPNR).

5.2. Compromisso de Fornecimento da VENDEDORA.

5.2.1. A VENDEDORA compromete-se a aceitar as QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS) como QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS (QDP) até o limite de 105% da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC), observado o disposto sobre programação do GÁS na Cláusula 11 – PROGRAMAÇÃO E FORNECIMENTO DO GÁS.

5.2.2. A partir do INÍCIO DO FORNECIMENTO, a VENDEDORA compromete-se a fornecer as QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS (QDP).

5.2.3. Caso a VENDEDORA não forneça as QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS (QDP) e seja caracterizada FALHA NO FORNECIMENTO, ficará exposta à penalidade por FALHA NO FORNECIMENTO.

6. PREÇO E REAJUSTE

6.1. O PREÇO DO GÁS (PG), válido para a data de vencimento dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA, nos PONTOS DE ENTREGA e nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, será constituído pela soma da PARCELA DE TRANSPORTE (PT), prevista no item 6.1.1, com a PARCELA DE MOLÉCULA (PM), prevista no item 6.1.2, conforme fórmula abaixo:

$$PG = PT + PM$$

<i>PG</i>	PREÇO DO GÁS (PG), expresso em R\$/m ³ com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal;
<i>PT</i>	PARCELA DE TRANSPORTE (PT) calculada conforme item 6.1.1, expressa em R\$/m ³ com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal;
<i>PM_t</i>	PARCELA DE MOLECULA (PM) calculada conforme item 6.1.2, expressa em R\$/m ³ com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.

6.1.1. PARCELA DE TRANSPORTE (PT)

A PARCELA DE TRANSPORTE (PT) do PREÇO DO GÁS (PG) é referente aos CUSTOS DE TRANSPORTE incorridos pela VENDEDORA para contratação de capacidade e uso dos GTA para disponibilização do GÁS no PONTO DE ENTREGA, e será apurada mensalmente e repassada para a COMPRADORA com o extrato dos itens cobrados pelo transportador de acordo com o(s) respectivo(s) GTA, sujeitos à regulação da ANP aplicável.

6.1.1.1. O CUSTO DE TRANSPORTE será composto pelos seguintes itens:

- a) Encargos de serviço de transporte de entrada, calculado com base nas tarifas de capacidade e movimentação de entrada e de interconexões;
- b) Encargo de balanceamento de entrada;
- c) Encargo de gás para uso do sistema de entrada (GUS); e

6.1.1.2. A PARCELA DE TRANSPORTE não poderá ser composta pelos seguintes itens, mas não se limitando à:

- a) penalidades de desequilíbrio, de variação de programação diária, variação de programação instantânea e de sobre-vazão cobradas da VENDEDORA como carregador de entrada.

6.1.1.3. As PARTES reconhecem que a PARCELA DE TRANSPORTE corresponde ao repasse dos CUSTOS DE TRANSPORTE pagos pela VENDEDORA ao(s) transportador(es) que opera(m) o sistema de transporte dutoviário de gás contratado pela VENDEDORA para atendimento deste CONTRATO. Dessa forma, as PARTES concordam que deverão ser refletidas no presente CONTRATO qualquer mudança no valor da tarifa do serviço de transporte de gás de tal transportador no âmbito do Contrato de Transporte por eles celebrado, bem como quaisquer mudanças no âmbito da regulação do transporte pela ANP que afete os CUSTOS DE TRANSPORTE e o valor da PARCELA DE TRANSPORTE, incluindo publicação e regulamentação de Código de Rede Federal ou as regras operacionais.

6.1.1.4. A VENDEDORA irá contratar capacidade firme de entrada em quantidade suficiente para atendimento da QDC e/ou da QDP, o que for maior. Para quantidades solicitadas acima da QDC, a VENDEDORA irá contratar sempre o serviço de transporte na modalidade disponível com menor custo, seja nas modalidades firme de curto prazo ou interruptível.

6.1.2. PARCELA DE MOLÉCULA (PM)

A PARCELA DE MOLÉCULA (PM) do PREÇO DO GÁS (PG) será atualizada trimestralmente, nos meses de janeiro, abril, julho e outubro pela aplicação da seguinte fórmula:

$$PM_t = ((10,85\% \times Brent_t) \times TC_m) \div 26,8081$$

PM_t	PARCELA DE MOLÉCULA (PM) calculada trimestralmente (t), em R\$/m ³ , com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.
$Brent_t$	Média das cotações diárias de contratos futuros do Brent para o primeiro mês disponível do calendário, na rubrica Settle Price de cada reporte diário do Brent Crude Future, publicado pelo sítio de internet ICE Report Center da Intercontinental Exchange (ICE) referente aos meses m-3, m-2 e m-1, com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal, em US\$/bbl, sendo "m" o primeiro mês do período de cálculo da PARCELA DE MOLÉCULA (PM) (janeiro, abril, julho e outubro, conforme o caso). Para o cálculo da PM_t para o mês de janeiro de 2026, em R\$/m ³ , com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal, será considerada a média das cotações diárias do Brent para o primeiro mês disponível do calendário civil, na rubrica Settle Price de cada reporte diário do Brent Crude Future, publicado pela ICE, referente aos meses de outubro/2025, novembro/2025 e dezembro/2025.
TC_m	Média das cotações diárias relativas ao mês anterior ao mês de fornecimento do câmbio comercial de venda do dólar norte-americano divulgadas no SGS-Sistema Gerenciador de Séries Temporais do Banco Central do Brasil (Série Código 001), com ARREDONDAMENTO em 4 (quatro) casas decimais.

6.2. O PREÇO DO GÁS (PG) não inclui quaisquer tributos existentes, devidos em decorrência direta deste CONTRATO ou de sua execução, os quais serão considerados no valor total faturado.

6.3. O PREÇO DO GÁS (PG) será calculado com ARREDONDAMENTO em 04 (quatro) casas decimais, assim como para todos os preços, parcelas, coeficientes e índices que participarem desses mesmos cálculos.

7. FATURAMENTO

7.1. Periodicidade dos Faturamentos e outras Cobranças.

O fornecimento de GÁS, assim como quaisquer valores devidos por qualquer PARTE no âmbito do presente CONTRATO, será faturado mensalmente, após o correspondente MÊS a que se refiram, mediante a emissão dos respectivos DOCUMENTOS DE COBRANÇA. O PERÍODO DE FATURAMENTO corresponderá a cada MÊS calendário, como período de fornecimento.

7.2. Faturamento regular.

7.2.1. Fornecimento do GÁS

7.2.1.1. Pelo fornecimento de GÁS em um dado PERÍODO DE FATURAMENTO, o valor do faturamento será determinado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$FAT = \left(PG \times \sum_{j=1}^N QDR_j \right)$$

FAT	Valor do faturamento pelo fornecimento do GÁS, a ser pago pela COMPRADORA na forma prevista neste CONTRATO;
-------	---

PG	PREÇO DO GÁS (PG) no último DIA do PERÍODO DE FATURAMENTO, acrescido dos tributos aplicáveis;
$QDRj$	QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR) no dia “j”, até o limite previsto no item 5.2.1;
N	Número de DIAS do PERÍODO DE FATURAMENTO;
j	J-ésimo DIA do PERÍODO DE FATURAMENTO.

7.2.2. A VENDEDORA emitirá um DOCUMENTO DE COBRANÇA referente ao faturamento regular do GÁS, devido pela COMPRADORA, no qual serão incluídos os tributos devidos.

7.2.3. ENCARGO DE CAPACIDADE (EC).

7.2.3.1. O valor a ser pago de ENCARGO DE CAPACIDADE (EC) pela COMPRADORA à VENDEDORA, devido exclusivamente em razão dos custos fixos não recuperáveis associados à reserva de capacidade de transporte do GÁS disponibilizada à COMPRADORA, caso seja verificada CAPACIDADE NÃO UTILIZADA (CNU) em determinado Mês, na forma do item 5.1.1, será conforme a seguinte fórmula:

$$FAT_{EC} = CNU \times PT$$

FAT_{EC}	Valor a ser pago de ENCARGO DE CAPACIDADE (EC) pela COMPRADORA à VENDEDORA;
CNU	CAPACIDADE NÃO UTILIZADA (CNU) no MÊS, sendo igual a zero se o cálculo resultar negativo;
PT	PARCELA DE TRANSPORTE, expressa em R\$/m ³ , com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal, definida conforme item 6.1.1, acrescida dos tributos e encargos aplicáveis, observado o item 6.2.

7.2.3.2. Será emitido DOCUMENTO DE COBRANÇA, acrescido dos tributos aplicáveis, referente ao ENCARGO DE CAPACIDADE (EC) devido pela COMPRADORA.

7.2.3.3. A COMPRADORA não fará jus a nenhum tipo de recuperação e/ou crédito pelo pagamento à VENDEDORA do ENCARGO DE CAPACIDADE (EC).

7.3. Faturamento pelo não atendimento ao compromisso de retirada do GÁS da COMPRADORA.

7.3.1. RETIRADA MÍNIMA (RM).

7.3.1.1. O valor a ser pago de RETIRADA MÍNIMA (RM) pela COMPRADORA à VENDEDORA caso seja apurada QUANTIDADE NÃO RETIRADA (QNR) em determinado período, na forma do item 5.1.2.1, será conforme a seguinte fórmula:

$$FAT_{RM} = QNR \times PM$$

FAT_{RM}	Valor a ser pago de RETIRADA MÍNIMA (RM) pela COMPRADORA à VENDEDORA, em razão do não cumprimento do compromisso estabelecido no item 5.1.2;
QNR	QUANTIDADE NÃO RETIRADA (QNR) no MÊS;
PM	PARCELA DE MOLÉCULA, expressa em R\$/m ³ , com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal, definida conforme item 6.1.2, acrescida dos tributos e encargos aplicáveis.

7.3.1.2. Será emitido DOCUMENTO DE COBRANÇA, acrescido dos tributos aplicáveis, referente à RETIRADA MÍNIMA (RM) incorrida pela COMPRADORA.

7.3.2. Recuperação de QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA (QPNR)

7.3.2.1. Quando ocorrer a recuperação de QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA (QPNR) por meio de QUANTIDADE RECUPERADA PELA COMPRADORA (QRC), será concedido à COMPRADORA um crédito, mediante a emissão de um DOCUMENTO DE CRÉDITO com valor determinado pela seguinte fórmula:

$$DCred_{QPNR} = QRC_M \times PM$$

$DCred_{QPNR}$	Valor do DOCUMENTO DE CRÉDITO a ser creditado à COMPRADORA em face da recuperação, em R\$, em determinado MÊS, de QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA (QPNR);
QRC_M	QUANTIDADE RECUPERADA PELA COMPRADORA (QRC_M) no MÊS, com respectivo abatimento do saldo previsto no item 5.1.3;
PM	PARCELA DE MOLÉCULA, expressa em R\$/m ³ , com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal, definida conforme item 6.1.2, referente ao MÊS da respectiva recuperação, sem tributos.

7.3.3. A QUANTIDADE RECUPERADA PELA COMPRADORA (QRC_M) no MÊS será apurada no fechamento do MÊS, e o seu respectivo valor (sem tributos) será creditado à COMPRADORA, exclusivamente por meio da compensação de um respectivo DOCUMENTO DE COBRANÇA indicado pela COMPRADORA, ao qual serão acrescidos os tributos aplicáveis, referente ao MÊS da respectiva recuperação.

7.4. Para fins desta Cláusula 7, os valores referentes aos tributos aplicáveis ao PREÇO DO GÁS (PG), e às suas parcelas, inclusive os incidentes por ocasião da recuperação das QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS (QPNR), serão adicionados a estes e constarão no DOCUMENTO DE COBRANÇA.

7.5. Após o acréscimo dos tributos aplicáveis, o PREÇO DO GÁS (PG), e as suas parcelas serão expressos em R\$/m³ (REAIS POR METRO CÚBICO) nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA.

7.6. Os cálculos dos valores unitários constantes do DOCUMENTO DE COBRANÇA não sofrerão nenhum tipo de ARREDONDAMENTO após a incidência dos tributos, sendo que o valor total do DOCUMENTO DE COBRANÇA será ARREDONDADO e conterà 2 (duas) casas decimais.

7.7. **Encargos Moratórios**

7.7.1. No caso de atraso no pagamento de qualquer valor devido por uma PARTE à outra, o valor em atraso estará sujeito à atualização monetária com base na variação acumulada do IGPM, acrescida de juros de 1% (um por cento) ao MÊS, tudo *pro rata die*, com ARREDONDAMENTO em 4 (quatro) casas decimais e considerando o período entre a data de vencimento do DOCUMENTO DE COBRANÇA e a do seu efetivo pagamento, perfazendo o montante atualizado. Adicionalmente, será cobrada MULTA de 2% (dois por cento) sobre esse montante atualizado.

8. **DOCUMENTOS DE COBRANÇA**

8.1 Todos os DOCUMENTOS DE COBRANÇA e os DOCUMENTOS DE CRÉDITO deverão ser apresentados até às 16:00h (dezesesseis horas) do 5º (quinto) DIA ÚTIL após o último DIA do correspondente PERÍODO DE FATURAMENTO. Os DOCUMENTOS DE COBRANÇA relativos às penalidades e os decorrentes dos compromissos (RM e EC) serão emitidos separadamente dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA relativos aos fornecimentos de GÁS.

8.1.1 Os valores e penalidades devidos com relação a períodos de apuração superiores a um MÊS serão faturados no MÊS imediatamente seguinte ao término do correspondente período. Demais DOCUMENTOS DE COBRANÇA, inclusive aqueles emitidos contra a VENDEDORA, serão emitidos com a mesma periodicidade.

8.1.2 Os DOCUMENTOS DE CRÉDITO relativos à QUANTIDADE RECUPERADA PELA COMPRADORA (QRC_M) no MÊS, mencionados no item 5.1.4.1, deverão ser apresentados à COMPRADORA juntamente com os DOCUMENTOS DE COBRANÇA previstos no item 8.1.

8.1.3 Em caso de descumprimento do prazo de apresentação dos DOCUMENTOS DE CRÉDITO, a COMPRADORA compensará este valor mediante descontos sobre o valor dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA do correspondente PERÍODO DE FATURAMENTO.

8.1.4 A apresentação dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA pela VENDEDORA à COMPRADORA se dará por meio de NOTIFICAÇÃO.

8.2 Datas de Vencimento dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA.

8.2.1 A COMPRADORA deverá efetuar o pagamento de todos os DOCUMENTOS DE COBRANÇA emitidos e apresentados conforme item 8.1, em moeda corrente do País, até o 15º (décimo quinto) DIA ÚTIL após o último dia do correspondente PERÍODO DE FATURAMENTO, ou seja, 10 (dez) DIAS ÚTEIS após a apresentação pela VENDEDORA à COMPRADORA dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA relativos aos fornecimentos de GÁS.

8.2.1.1 Em caso de apresentação dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA com atraso em relação ao prazo previsto no item 8.1, a data de vencimento será prorrogada pelo mesmo número de DIAS ÚTEIS do respectivo atraso, exceto quando o atraso decorrer de culpa da COMPRADORA.

8.2.2 Os DOCUMENTOS DE COBRANÇA complementares e/ou de ajustes terão vencimento no 5º (quinto) DIA ÚTIL após a respectiva emissão.

8.2.3 Quaisquer DOCUMENTOS DE COBRANÇA emitidos pela COMPRADORA poderão ser quitados pela VENDEDORA mediante a emissão de DOCUMENTOS DE CRÉDITO.

8.2.3.1 Os DOCUMENTOS DE CRÉDITO emitidos pela VENDEDORA deverão ser utilizados para abatimentos quando do pagamento de DOCUMENTOS DE COBRANÇA, indicados pela COMPRADORA em NOTIFICAÇÃO.

8.2.3.2 Caso a COMPRADORA não possua débitos suficientes, a VENDEDORA quitará os DOCUMENTOS DE COBRANÇA no 10º (décimo) DIA ÚTIL após a respectiva emissão.

8.3 Estrutura dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA.

8.3.1 As PARTES definirão as informações que constarão nos DOCUMENTOS DE COBRANÇA observadas minimamente as determinações legais aplicáveis.

8.3.2 Serão incluídos nos DOCUMENTOS DE COBRANÇA os tributos e encargos devidos em decorrência direta do CONTRATO ou de sua execução, vigentes nas datas das transações a que se referem os respectivos DOCUMENTOS DE COBRANÇA.

8.4 Cobranças Objeto de Controvérsia.

8.4.1 Havendo controvérsia sobre importância cobrada de uma à outra PARTE e que não tenha sido resolvida até a data de vencimento do correspondente DOCUMENTO DE COBRANÇA, os seguintes procedimentos deverão ser aplicados:

- (a) a PARTE que discordar deverá, até a data de vencimento do DOCUMENTO DE COBRANÇA, enviar NOTIFICAÇÃO à outra PARTE, informando, em detalhes, a quantia controvertida, as razões de seu desacordo, além de outros elementos que julgue importantes para

elucidar a controvérsia, devendo efetuar pontualmente o pagamento da importância que julgue correta e glosar a quantia controvertida.

- (b) No prazo de 3 (três) DIAS ÚTEIS contados da data do pagamento e/ou NOTIFICAÇÃO a que se refere o item 8.4.1(a), a PARTE reclamada deverá NOTIFICAR a PARTE reclamante sobre o valor controvertido, sendo que:
 - (i) se a PARTE reclamada concordar com a PARTE reclamante, deverá apresentar, em conjunto com a NOTIFICAÇÃO, o documento de quitação integral do DOCUMENTO DE COBRANÇA em que constou valor controverso; ou
 - (ii) se a PARTE reclamante concordar com as justificativas apresentadas pela PARTE reclamada, a PARTE reclamante efetuará o pagamento da quantia controvertida, acrescida de ENCARGOS MORATÓRIOS, excluída a MULTA, no prazo de 10 (dez) DIAS ÚTEIS contados da NOTIFICAÇÃO a ser enviada pela PARTE reclamada.
 - (iii) se a PARTE reclamante não concordar com as justificativas apresentadas pela PARTE reclamada na NOTIFICAÇÃO do item 8.4.1(a), a PARTE reclamante enviará NOTIFICAÇÃO de seu desacordo, e a controvérsia poderá ser submetida aos mecanismos previstos neste CONTRATO.
- (c) se a PARTE reclamada não concordar com a PARTE reclamante, enviará NOTIFICAÇÃO de seu desacordo, no prazo de 3 (três) DIAS ÚTEIS contados da data do pagamento e/ou NOTIFICAÇÃO a que se refere o item 8.4.1(b)(ii), e a controvérsia poderá ser submetida aos mecanismos de solução de controvérsias deste CONTRATO.

8.4.2 Havendo controvérsia sobre importância já paga por uma PARTE à outra, a PARTE que discordar da importância já paga enviará NOTIFICAÇÃO sobre a controvérsia à outra PARTE, informando, em detalhes, a quantia controvertida, as razões de seu desacordo, a alternativa adotada em relação ao valor cobrado, além de outros elementos que julgue importantes para elucidar a controvérsia.

8.4.2.1 No prazo de 3 (três) DIAS ÚTEIS contados do recebimento da NOTIFICAÇÃO do item 8.4.2, a PARTE reclamada deverá NOTIFICAR a PARTE reclamante sobre o valor controvertido, sendo que:

- (a) se a PARTE reclamada concordar com a PARTE reclamante, restituirá à PARTE reclamante a importância objeto da controvérsia, no prazo máximo de 10 (dez) DIAS ÚTEIS da NOTIFICAÇÃO mencionada no item 8.4.2, acrescidos dos ENCARGOS MORATÓRIOS, excluída a MULTA; ou
- (b) se a PARTE reclamante concordar com as justificativas da PARTE reclamada, ficará encerrada a controvérsia; ou
- (c) se a PARTE reclamante não concordar com as justificativas apresentadas pela PARTE reclamada na NOTIFICAÇÃO do item 8.4.2, enviará NOTIFICAÇÃO de seu desacordo, em até 10 (dez) DIAS após o recebimento da NOTIFICAÇÃO do item 8.4.2.1, e a controvérsia poderá ser submetida aos mecanismos previstos neste CONTRATO.

8.4.3 Havendo renúncia ou revisão do entendimento de qualquer das PARTES, esta deverá ser realizada por meio de NOTIFICAÇÃO à outra PARTE, e, se for o caso, anexar ao processo judicial, extinguindo-se a controvérsia, devendo a PARTE que renunciar arcar com os custos e despesas comprovadamente incorridos em eventual procedimento de solução de controvérsia, restituindo os valores desembolsados pela outra PARTE, mediante emissão de DOCUMENTO DE COBRANÇA, com a comprovação dos custos e despesas.

8.4.4 Todos os pagamentos previstos no item 8.4 deverão seguir os procedimentos, prazos e ENCARGOS MORATÓRIOS (quando houver atraso) previstos nesta Cláusula 8 – DOCUMENTOS DE COBRANÇA.

9. TRIBUTAÇÃO

9.1. Os tributos de qualquer natureza que sejam devidos em decorrência direta do CONTRATO ou de sua execução, são de exclusiva responsabilidade do contribuinte assim definido na norma tributária, sem direito a reembolso.

9.1.1. Os tributos devidos em decorrência direta da execução do CONTRATO serão incluídos no valor total do DOCUMENTO DE COBRANÇA por ocasião do faturamento.

9.1.2. A COMPRADORA fornecerá todos os documentos que se fizerem necessários para evitar os ônus decorrentes de eventual responsabilidade solidária da VENDEDORA, bem como de eventual responsabilidade decorrente de substituição tributária, previstas na legislação tributária, sob pena de sofrer a compensação, na primeira oportunidade, do valor dos tributos, encargos, juros, multas ou outras penalidades pecuniárias eventualmente incidentes.

9.1.3. Não se entende como tributos devidos em decorrência direta da execução dos CONTRATOS aqueles cujo ônus econômico deva ser suportado pela VENDEDORA, tais como: IRPJ, CSLL, IOF, Contribuições Previdenciárias sobre folha de pagamento, dentre outros.

9.2. Se durante o prazo de vigência do CONTRATO ocorrer a criação de novos tributos, a alteração de alíquotas e/ou alteração de base de cálculo, a extinção de tributos existentes, a instituição de incentivos fiscais de qualquer natureza e/ou a isenção ou redução de tributos ou ainda forem criadas vedações ao aproveitamento de créditos e/ou obrigatoriedade de estorno de créditos de tributos apurados com técnica da não cumulatividade, incluindo, mas não se limitando àquelas decorrentes da implementação da Reforma Tributária (Lei Complementar nº 214/2025 e legislação complementar), que, de forma direta, venham a majorar ou reduzir, comprovadamente, o ônus da VENDEDORA na importação e/ou venda do GÁS, o valor faturado será revisto proporcionalmente à majoração ou redução ocorrida, compensando-se, na primeira oportunidade, mediante NOTIFICAÇÃO prévia, a diferença decorrente das respectivas alterações.

9.3. O PREÇO DO GÁS (PG) será imediatamente ajustado, com vistas a expurgar o valor de tributo indevido, nos casos em que qualquer tributo que componha o valor faturado deixar de ser devido, total ou parcialmente, em razão de (i) enquadramento em hipótese legal de dispensa de contestação, oferecimento de contrarrazões e de interposição de recursos pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e de não constituição de crédito tributário pelos Auditores-Fiscais da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil; (ii) súmula vinculante; (iii) decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, pela via da ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) ou Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC); (iv) suspensão de execução da norma pelo Senado Federal; ou (v) habilitação ou enquadramento de incentivo fiscal.

9.4. Caso ocorram erros (i) de medição do volume, (ii) de alocação, (iii) de identificação do estabelecimento remetente/destinatário do GÁS, que venham a acarretar equívocos no cumprimento de obrigação tributária principal e/ou acessória, eventuais encargos, juros, multas ou outras penalidades pecuniárias, imputados a qualquer das PARTES pelo fisco, serão suportados exclusivamente pela PARTE que comprovadamente houver dado causa ao equívoco, por meio de DOCUMENTO DE COBRANÇA emitido com vencimento no dia 25 (vinte e cinco) do Mês seguinte ao Mês a que se refira ou no 1º (primeiro) DIA ÚTIL imediatamente subsequente.

9.4.1. As PARTES se comprometem a fornecer, no prazo de 15 (quinze) DIAS contados do envio da

NOTIFICAÇÃO realizada pela outra PARTE, todos os documentos solicitados pelos órgãos competentes e exigidos pela legislação de regência, necessários para a recuperação de tributo recolhido indevidamente, inclusive a declaração de não aproveitamento do crédito tributário.

9.5. Caso a VENDEDORA seja autuada em decorrência de informação inexata relacionada à apuração de tributos, prestada pela COMPRADORA, esta deverá arcar com os prejuízos causados à VENDEDORA, mediante pagamento do valor da autuação, acrescido dos custos despendidos, independente da possibilidade de defesa administrativa ou judicial.

9.5.1. Antes de se implementar o dever jurídico descrito nesta cláusula, a VENDEDORA se compromete a comunicar previamente a COMPRADORA a sua intenção de promover o pagamento em favor do Poder Público para extinção do crédito tributário, possibilitando que a COMPRADORA preste previamente os esclarecimentos necessários acerca das informações anteriormente prestadas que motivaram a cobrança pelo Poder Público.

9.5.2. Caso a COMPRADORA reúna evidências da improcedência total ou parcial da cobrança objeto dos itens 9.4.1 e 9.5, a VENDEDORA irá avaliar a possibilidade de entrar com uma defesa administrativa e/ou judicial, desde que os elementos para defesa sejam disponibilizados pela COMPRADORA em até 7 (sete) dias contados a partir da sua NOTIFICAÇÃO. Caso a VENDEDORA opte por efetuar o pagamento da cobrança, a VENDEDORA deverá comunicar por escrito à COMPRADORA os motivos pelos quais discorda das evidências e/ou do racional técnico apresentado pela COMPRADORA. Caso a VENDEDORA decida por proceder à defesa, competirá à COMPRADORA arcar com as despesas do processo, inclusive oferecendo, se necessário, garantia ou depósito do montante integral do valor discutido, nos termos do disposto no item 9.4.1.

9.6. Se a VENDEDORA for autuada por ter aplicado algum dos tributos incidentes sobre este CONTRATO em valor inferior ao devido, a VENDEDORA procederá, de forma diligente, à sua defesa e, não logrando êxito, comunicará à COMPRADORA sobre o resultado do procedimento fiscal e realizará a cobrança dos valores do referido tributo, sem penalidades ou encargos, no momento em que efetuar a quitação perante a autoridade fiscal.

9.7. Se a VENDEDORA constatar que algum dos tributos devidos em decorrência direta deste CONTRATO foi aplicado, equivocadamente, em valor inferior ao devido, o valor do respectivo tributo, sem penalidades ou encargos, será cobrado da COMPRADORA mediante emissão de notas fiscais complementares, tal como previsto na legislação aplicável.

9.7.1. Se ficar constatado que, na emissão do DOCUMENTO DE COBRANÇA, a VENDEDORA aplicou algum tributo em valor superior ao devido, os valores indevidamente cobrados serão compensados, devendo a COMPRADORA apresentar a documentação solicitada, em especial a declaração de não aproveitamento de créditos.

9.8. A COMPRADORA deve se manter cadastrada, vinculada e/ou credenciada, durante toda a vigência deste CONTRATO, ao Ajuste SINIEF 03/2018, nos termos da sua cláusula primeira, §3º, ou qualquer ato normativo que venha a substituí-lo ou conceder tratamento diferenciado às obrigações tributárias relacionadas às operações de circulação e prestações de serviço de transporte de gás natural por meio de gasoduto e cuja fruição do tratamento diferenciado também exija a adesão, vinculação ou credenciamento das partes, conforme aplicável.

9.8.1. Caso a COMPRADORA se recuse a realizar ou deixe de ter o credenciamento mencionado no item 9.8, deverá arcar com todo o custo tributário que couber à VENDEDORA em decorrência desse fato.

10. GARANTIA DE PAGAMENTOS

10.1. A COMPRADORA fica inicialmente dispensada da apresentação de garantia à VENDEDORA, visto que previamente à assinatura do presente CONTRATO a VENDEDORA realizou análise de crédito da COMPRADORA, restando comprovada a qualidade de seu crédito.

10.2. Sem prejuízo do disposto acima, a Vendedora poderá, a qualquer momento durante a vigência deste Contrato, solicitar à Compradora o envio de informações financeiras para revisar e confirmar a referida análise de crédito, incluindo (i) cópia das demonstrações financeiras consolidadas dos 2 (dois) últimos anos calendário, auditadas com parecer de auditoria independente; e (ii) demonstrações financeiras, não necessariamente auditadas, do último trimestre do ano em curso, se aplicável. A Vendedora irá analisar os documentos e, de acordo com o resultado da análise crédito, informará mediante Notificação a manutenção do disposto no item 10.1 ou a necessidade de apresentação de Garantia, que neste caso será na modalidade de seguro garantia ou fiança bancária, em valor equivalente a 60 (sessenta) vezes o produto da multiplicação da Quantidade Diária Contratual (QDC) pelo Preço do Gás (PG) vigente, corrigido conforme os termos deste Contrato. A Compradora deverá indicar, dentro de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da notificação da Vendedora, as possíveis instituições que poderão emitir a garantia, bem como encaminhar a minuta da garantia para avaliação e aprovação da Vendedora. Após a aprovação, a Compradora deverá apresentar a garantia em até 30 (trinta) Dias.

11. PROGRAMAÇÃO E FORNECIMENTO DO GÁS

11.1. A COMPRADORA enviará mensalmente à VENDEDORA, com no mínimo 10 (dez) DIAS de antecedência ao início de cada MÊS, NOTIFICAÇÃO contendo as QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS) para o MÊS em referência e para os 2 (dois) MESES subsequentes.

11.1.1 Para o primeiro MÊS, a NOTIFICAÇÃO de que trata o item 11.1 será enviada com 5 (cinco) DIAS de antecedência ao INÍCIO DE FORNECIMENTO.

11.1.2 A NOTIFICAÇÃO referida no item 11.1 explicitará as QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS) para cada DIA, considerando o seguinte:

- (a) que o somatório das QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS) por PONTO DE ENTREGA não poderá ser superior à 105% da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC), observado o item 11.1.2.1;
- (b) a ocorrência de PARADAS PROGRAMADAS; e
- (c) a ocorrência de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

11.1.2.1 A qualquer momento a COMPRADORA pode solicitar e a VENDEDORA poderá, a seu exclusivo critério, aceitar ou não, QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS) superiores à 105% da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC).

11.1.3 Até às 14:00h (quatorze horas) do DIA anterior ao DIA do fornecimento, a VENDEDORA, mediante envio de NOTIFICAÇÃO à COMPRADORA, deverá:

- (a) aceitar, como QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS (QDP), as QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS), que se enquadrem nos requisitos previstos no item 11.1.2; ou
- (b) estabelecer QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS (QDP) compatíveis com a disponibilidade de GÁS, sem prejuízo de eventual caracterização de FALHA NO FORNECIMENTO; ou

- (c) estabelecer QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS (QDP) compatíveis com a disponibilidade do SISTEMA DE TRANSPORTE, sem a caracterização de FALHA NO FORNECIMENTO, desde que a indisponibilidade seja comprovada pelo transportador.

11.1.4 Caso as solicitações da COMPRADORA não se enquadrem nos requisitos previstos no item 11.1.2 e observado o disposto no item 11.1.2.1, será considerada como QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS) a última solicitação da COMPRADORA em que a QDS tenha se enquadrado nos termos do item 11.1.2.

11.1.4.1 Qualquer requisição da COMPRADORA de QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS que superem o limite estabelecido no item 11.1.2(a) poderá ser aceita ou não pela VENDEDORA, a exclusivo critério da VENDEDORA, não devendo tal aceitação ser considerada novação ou alteração de qualquer aspecto do CONTRATO, estando descaracterizada a FALHA NO FORNECIMENTO em caso de recusa.

11.1.5 Caso a VENDEDORA não se pronuncie no prazo do item 11.1.3, consideram-se recusadas as QUANTIDADE DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS) ou as alterações da QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS) do correspondente DIA, na forma do item 11.1.2.

11.1.6 Excepcionalmente, ocorrendo problemas operacionais que restrinjam a disponibilização da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) em determinado DIA, a VENDEDORA enviará NOTIFICAÇÃO comunicando o fato à COMPRADORA, sem que tal NOTIFICAÇÃO descaracterize a FALHA NO FORNECIMENTO, excetuadas as hipóteses de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

11.2. A QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS) estabelecida para determinado DIA poderá ser alterada (aumentada ou diminuída) pela COMPRADORA, mediante envio de NOTIFICAÇÃO à VENDEDORA até as 12:00h (doze horas) do DIA do fornecimento (programação intradiária), observadas as condições estabelecidas no item 11.1.2 e 11.1.3.

11.2.1. Caso seja feita a programação intradiária pela COMPRADORA, se a QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS) for menor ou igual a 105% da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC), fica automaticamente aceita pela VENDEDORA e estabelecida como nova QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP).

11.2.2. Caso seja feita a programação intradiária pela COMPRADORA, se a QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS) for maior que 105% da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC), a VENDEDORA deverá responder até às 13:00 (treze horas) do DIA do fornecimento se aceita ou não a quantidade adicional. Em caso de recusa ou silêncio da VENDEDORA, fica estabelecida como nova QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) o limite de 105% da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC).

11.3. A VENDEDORA compromete-se a entregar para a COMPRADORA, em cada PONTO DE ENTREGA, a cada DIA, uma QUANTIDADE DE GÁS igual à QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) para o correspondente DIA.

11.4. Em caso de FALHA NO FORNECIMENTO, a VENDEDORA pagará à COMPRADORA a penalidade prevista no item 16.1.2, pela QUANTIDADE FALTANTE (QF) apurada conforme item 11.4.1.

11.4.1. Em qualquer DIA, como consequência de FALHA NO FORNECIMENTO, a QUANTIDADE FALTANTE (QF) será apurada de acordo com a seguinte fórmula:

$$QF_j = QDS - QDP_j - QN_{PPj} - QN_{FMj}$$

QF_j	QUANTIDADE FALTANTE de GÁS no DIA “j”, sendo zero se o cálculo for negativo;
QDS	QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS) PARA O DIA “j”;
QDP_j	QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) para o DIA “j”;

QN_{PPj}	QUANTIDADE DE GÁS equivalente à limitação informada em cada NOTIFICAÇÃO de PARADAS PROGRAMADAS da VENDEDORA para o DIA "j";
QN_{FMj}	QUANTIDADE DE GÁS não disponibilizada decorrente de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR para o DIA "j".

12. ESTAÇÃO DE ENTREGA E PONTO DE ENTREGA

12.1. Os PONTOS DE ENTREGA objeto do CONTRATO são os listados na seguinte tabela, e outros eventualmente reconhecidos pela ANP no sistema de transporte da TBG:

PONTOS DE ENTREGA	Gasoduto	Município	Latitude	Longitude
Corumbá	GASBOL	Corumbá/MS	-19,110567°	-57,818204°
GASCAR	GASBOL	Paulínia/SP	-22,719663°	-47,133269°
Garuva	GASBOL	Garuva/SC	-26,023698°	-48,829523°

12.1.1. Fica desde já acertado que a VENDEDORA poderá, a seu exclusivo critério e sem qualquer custo adicional para a COMPRADORA (tendo por referência o PONTO DE ENTREGA de Corumbá), utilizar qualquer PONTO DE ENTREGA listado no item 12.1 ou outros que venham a ser reconhecidos pela ANP no sistema de transporte da TBG para cumprimento de suas obrigações de fornecimento.

12.2. A transferência de propriedade do GÁS da VENDEDORA à COMPRADORA ocorrerá no flange imediatamente à jusante dos PONTOS DE ENTREGA listados no item 12.1, sendo de exclusiva responsabilidade da (i) VENDEDORA a contratação de capacidade de transporte referente à entrada e eventuais interconexões necessárias; e (ii) COMPRADORA a contratação de capacidade de transporte de saída nos PONTOS DE ENTREGA.

12.2.1. Todos os riscos e perdas de GÁS (i) a montante do ponto de transferência de propriedade, serão de responsabilidade da VENDEDORA, e (ii) a jusante do ponto de transferência de propriedade, serão de responsabilidade da COMPRADORA.

12.3. A VENDEDORA somente poderá utilizar PONTOS DE ENTREGA que possuam Autorização de Operação (AO) emitida pela ANP.

13. MEDIÇÃO DO GÁS

13.1. Disposições Gerais:

13.1.1. As PARTES concordam em usar unidades de medida do Sistema Internacional de Unidades – SI, exceto onde indicado de forma diversa neste CONTRATO.

13.1.2. A QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR) será expressa com ARREDONDAMENTO para número inteiro.

13.1.3. A unidade de medida de volume será o METRO CÚBICO nas CONDIÇÕES-BASE.

13.2. A determinação da QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR) ocorrerá conforme estabelecido abaixo:

$$QDR = QDP$$

QDR	QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA;
-------	-----------------------------

QDP	QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA.
-----	-------------------------------

14. QUALIDADE DO GÁS

14.1. O GÁS a ser entregue pela VENDEDORA à COMPRADORA, no PONTO DE ENTREGA, deverá atender às especificações da Resolução ANP nº 982/2025 e em suas revisões, ou outras que venham a substituí-las em razão de disposição normativa superveniente ou qualquer outra LEI por parte da ANP ou qualquer outro órgão competente que expressamente autorize a comercialização do GÁS com base em outras especificações.

15. PARADAS PROGRAMADAS

15.1. As PARADAS PROGRAMADAS correspondem a situações transitórias que resultem em redução no fornecimento ou no recebimento de GÁS, para fins de reparo e manutenção técnica ou legalmente recomendada em equipamentos vinculados ao fornecimento de GÁS.

15.1.1. Para fins de PARADAS PROGRAMADAS, serão considerados como equipamentos vinculados ao fornecimento de GÁS: as unidades de produção, as plantas de processamento, terminais de regaseificação de GNL, as malhas de gasodutos de transporte e demais equipamentos como compressores, válvulas e outros que compreendam a instalação física das áreas de produção, processamento, transporte e entrega (seja de propriedade da VENDEDORA, seus contratados ou terceiros, incluindo o TRANSPORTADOR).

15.2. As manutenções executadas pelo TRANSPORTADOR que afetem a regularidade da prestação do serviço de transporte serão consideradas como PARADAS PROGRAMADAS para fins deste CONTRATO e não consumirão o limite de PARADAS PROGRAMADAS estabelecidos pela Cláusula 15.3.

15.2.1. A VENDEDORA deverá manter a COMPRADORA devidamente informada de todas as manutenções programadas e executadas pelo TRANSPORTADOR, fornecendo, no prazo de até 2 (dois) DIAS ÚTEIS contados do recebimento das comunicações do TRANSPORTADOR, os calendários de manutenção, informações sobre impacto na capacidade de transporte e quaisquer alterações, cancelamentos ou reprogramações de manutenções previamente informadas, bem como outras informações relevantes que possam afetar a regularidade da prestação do serviço de transporte.

15.3. Com exceção das Paradas Programadas do TRANSPORTADOR, na forma do item 15.2, A VENDEDORA tem direito a efetuar as PARADAS PROGRAMADAS de acordo com as seguintes regras:

- (a) A VENDEDORA, quando desejar efetuar uma PARADA PROGRAMADA, deverá enviar uma NOTIFICAÇÃO à COMPRADORA, com pelo menos 15 (quinze) DIAS de antecedência, informando a data de início de uma PARADA PROGRAMADA, o PONTO DE ENTREGA que será afetado, a QUANTIDADE DE GÁS que terá sua entrega limitada e sua duração prevista.
- (b) No caso de uma PARADA PROGRAMADA que interrompa totalmente a entrega de GÁS pela VENDEDORA a um determinado PONTO DE ENTREGA, o número total de dias de PARADAS PROGRAMADAS não poderá exceder (i) 3 (três) DIAS por ANO e (ii) 24 (vinte e quatro) horas consecutivas.
- (c) No caso de uma PARADA PROGRAMADA que interrompa parcialmente a entrega de GÁS pela VENDEDORA a um determinado PONTO DE ENTREGA, o volume reduzido deve ser limitado a no máximo 40% (quarenta por cento) da média anual das QUANTIDADES DIÁRIAS CONTRATADAS, sendo que o número total de dias de PARADAS PROGRAMADAS não poderá exceder 30 (trinta) DIAS por ANO.

- (d) Na hipótese de Parada Programada que afete a capacidade da VENDEDORA de entregar GÁS a diversos de seus clientes atendidos pela mesma infraestrutura utilizada para este CONTRATO, a VENDEDORA compromete-se a não tratar a COMPRADORA de forma discriminatória a outros clientes, devendo reduzir o fornecimento de forma equitativa entre todos os clientes atingidos.

15.3.1. A QUANTIDADE DE GÁS que não possa ser entregue pela VENDEDORA durante uma PARADA PROGRAMADA será abatida dos compromissos de entrega da VENDEDORA e dos compromissos de recebimento da COMPRADORA.

15.3.2. Desde que justificado por razões técnicas, a realização de uma PARADA PROGRAMADA poderá, mediante NOTIFICAÇÃO da VENDEDORA, (i) ser cancelada a qualquer tempo com no mínimo 10 (dez) DIAS de antecedência da data de início da PARADA PROGRAMADA ou (ii) ter sua data alterada com no mínimo 10 (dez) DIAS de antecedência da data de início da PARADA PROGRAMADA, desde que esta nova data postergue no máximo em até 30 (trinta) DIAS a data originalmente NOTIFICADA.

15.4. Caso a VENDEDORA solicite, com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência e a COMPRADORA expressamente concorde por escrito com tal solicitação, poderá ser realizada uma PARADA PROGRAMADA (i) em percentual superior e/ou (ii) por prazos superiores àqueles estabelecidos nas alíneas (b) e (c) do item 15.2.

15.5. A VENDEDORA deverá informar a data de início da PARADA PROGRAMADA, a QUANTIDADE DE GÁS que terá sua entrega limitada, a duração prevista e o motivo técnico de ser necessária a realização da PARADA PROGRAMADA na data informada, independentemente de limites percentuais ou períodos preestabelecidos. A COMPRADORA não poderá recusar a programação da PARADA PROGRAMADA sem uma justificativa técnica.

15.6. As PARTES envidarão esforços para minimizar o impacto das PARADAS PROGRAMADAS no mercado da COMPRADORA e para acordar a melhor data de realização das mesmas.

15.7. Fica a COMPRADORA autorizada a efetuar, a qualquer tempo, PARADAS PROGRAMADAS nos mesmos termos e condições previstos para a VENDEDORA, comprometendo-se desde já a VENDEDORA, por si ou terceiros contratados, a adotar as medidas necessárias para colaborar com a COMPRADORA e minimizar o impacto das PARADAS PROGRAMADAS ao mercado atendido pela COMPRADORA.

15.8. Eventuais PARADAS PROGRAMADAS da COMPRADORA acarretarão redução dos compromissos de retirada e do ENCARGO DE CAPACIDADE assumidos neste CONTRATO.

15.9. As Partes envidarão esforços para minimizar o impacto das Paradas Programadas no mercado da Compradora e na Vendedora, conforme o caso

16. PENALIDADES

16.1. FALHA DE FORNECIMENTO

16.1.1. A VENDEDORA compromete-se a disponibilizar para a COMPRADORA, no PONTO DE ENTREGA, a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP), excetuadas as situações de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR e de PARADAS PROGRAMADAS.

16.1.2. No caso de FALHA NO FORNECIMENTO, em determinado DIA, por PONTO DE ENTREGA, a VENDEDORA pagará à COMPRADORA uma penalidade calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$P_{FF(Dia)} = QF \times 0,30 \times PM$$

$P_{FF(Dia)}$	Valor da penalidade diária por FALHA NO FORNECIMENTO, caso positiva;
QF	QUANTIDADE FALTANTE apurada conforme item 11.4.1, por PONTO DE ENTREGA;
PM	PREÇO DA MOLÉCULA GÁS vigente no DIA.

16.1.3. A penalidade estabelecida no item 16.1.2 é a única indenização aplicável à VENDEDORA neste CONTRATO para os casos de FALHA NO FORNECIMENTO. Nenhuma outra indenização será devida pela VENDEDORA, mesmo que as perdas e danos incorridos pela COMPRADORA tenham sido superiores ao valor ali estabelecido

16.2. FALHA DE PROGRAMAÇÃO

16.2.1. A COMPRADORA compromete-se a nominar diariamente a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) para o correspondente DIA, sujeitando-se, em caso de não cumprimento, ao pagamento do encargo estipulado no item 16.2.2, excetuadas as situações de FALHA DE FORNECIMENTO ou CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR da COMPRADORA.

16.2.2. Caso, em determinado DIA, a COMPRADORA não nomeie e/ou o TRANSPORTADOR não programe por razões imputáveis à COMPRADORA uma quantidade de GÁS idêntica à QDP ("QUANTIDADE DIÁRIA NOMINADA NO TRANSPORTE DE SAÍDA" ou "QDNTs"), a COMPRADORA pagará, além do faturamento regular, um encargo adicional calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$Q_{Falha_Prog_Compradora} = (Max (0; QDP - QDNTs), \text{ sendo:})$$

$$E_{Falha_Prog_Compradora} = Q_{Falha_Prog_Compradora} \times 30\% \times PM$$

$E_{Falha_Prog_Compradora}$	significa o valor do encargo diário por falha de programação;
QDP	significa a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA, por PONTO DE ENTREGA;
$QDNTs$	significa a nominação de saída da COMPRADORA junto ao TRANSPORTADOR;
$Q_{Falha_Prog_Compradora}$	significa a quantidade de falha de programação da COMPRADORA;
PM	PARCELA DE MOLÉCULA vigente no DIA.

17. SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

17.1. Em caso de controvérsia, as PARTES comprometem-se a buscar uma conciliação amigável prévia durante o prazo de 30 (trinta) DIAS, antes da instauração de processo judicial para a solução da controvérsia.

17.2. A previsão do item 17.1 não impede que qualquer das PARTES utilize medidas cautelares judiciais julgadas necessárias, a qualquer tempo.

17.3. Para dirimir eventuais dúvidas oriundos deste CONTRATO, não solucionadas amigavelmente, as PARTES elegem o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

18. INADIMPLENTO E RESOLUÇÃO DO CONTRATO

18.1. A ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses, de forma comprovada, constituirá EVENTO DE INADIMPLENTO de qualquer das PARTES:

- (a) declaração de insolvência ou falência de qualquer das PARTES ou caso qualquer delas efetue pedido de autofalência, entre em liquidação judicial ou extrajudicial ou sofra

intervenção de qualquer autoridade governamental competente, desde que tal intervenção tenha relação direta com o objeto do CONTRATO e comprovadamente inviabilize a sua continuidade;

- (b) perda de qualquer das licenças, concessões ou autorizações necessárias ao cumprimento do objeto do CONTRATO;
- (c) violação do item 21.2 do CONTRATO;
- (d) o não pagamento por qualquer das PARTES, no todo ou em parte, até a data de seu vencimento, do valor não controverso correspondente a qualquer DOCUMENTO DE COBRANÇA que lhe seja apresentado pela outra PARTE ou, quanto aos valores controversos, o não cumprimento por qualquer das PARTES do estabelecido no item 8.4;
- (e) o descumprimento pelas PARTES das obrigações estabelecidas no CONTRATO, formalizado pelo envio de NOTIFICAÇÃO da PARTE adimplente à PARTE inadimplente, caracterizando tal descumprimento;
- (f) cessão parcial ou total a terceiros dos direitos e obrigações deste CONTRATO, em desacordo com a Cláusula 20 – CESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES;
- (g) o não cumprimento pelas PARTES do objeto do CONTRATO;
- (h) não oferecimento, substituição, complementação ou renovação, pela COMPRADORA, da GARANTIA DE PAGAMENTOS, no prazo estipulado na Cláusula 10 – GARANTIA DE PAGAMENTOS;
- (i) FALHA NO FORNECIMENTO pela VENDEDORA por mais de 30 (trinta) DIAS corridos ou 60 (sessenta) DIAS alternados do PERÍODO DE FORNECIMENTO, independentemente da aplicação da penalidade correspondente.
- (j) FALHA DE PROGRAMAÇÃO pela Compradora por mais por mais de 30 (trinta) DIAS corridos ou 60 (sessenta) DIAS alternados do PERÍODO DE FORNECIMENTO.

18.2. Caracterizado um EVENTO DE INADIMPLENTO de qualquer das PARTES entre os listados nos itens 18.1 (a), (b), (c) e (i), a PARTE adimplente poderá resolver unilateralmente o CONTRATO após a caracterização do EVENTO DE INADIMPLENTO, mediante envio de NOTIFICAÇÃO à PARTE inadimplente com 10 (dez) DIAS de antecedência. A resolução do CONTRATO nos casos acima se dará imediatamente após transcorrido este prazo de 10 (dez) DIAS mencionado acima.

18.3. Caracterizado um EVENTO DE INADIMPLENTO de qualquer das PARTES entre os listados nos itens 18.1 (d), (e), (f), (g) e (h), a PARTE adimplente poderá enviar NOTIFICAÇÃO a outra PARTE para que esta possa sanar tal inadimplemento no prazo de 30 (trinta) DIAS contados do recebimento da referida NOTIFICAÇÃO, desde que o referido EVENTO DE INADIMPLENTO seja sanável.

18.3.1. Nas hipóteses listadas no item 18.3, a PARTE adimplente poderá resolver unilateralmente o CONTRATO desde que tenha transcorrido o prazo de 30 (trinta) DIAS estabelecido no item 18.3 sem que o inadimplemento tenha sido sanado. A resolução do CONTRATO se dará mediante envio, com no mínimo 10 (dez) DIAS de antecedência, de NOTIFICAÇÃO à PARTE inadimplente, operando-se a resolução do CONTRATO imediatamente após transcorrido este prazo.

18.3.1.1. Sem prejuízo do disposto no item 18.3, se o EVENTO DE INADIMPLENTO for da COMPRADORA, enquanto o EVENTO DE INADIMPLENTO não seja totalmente sanado, a VENDEDORA estará desobrigada de atender a qualquer solicitação de GÁS, com sua respectiva QDS, e a efetuar a entrega de qualquer QUANTIDADE DE GÁS, desde que notifique a COMPRADORA sobre tal decisão com, no mínimo, 10 (dez) DIAS de antecedência da data em que pretende recusar solicitação de GÁS pela COMPRADORA. Eventual tolerância pela VENDEDORA em suspender a entrega de GÁS não significará renúncia de tal direito, podendo tal suspensão iniciar-se a qualquer momento, enquanto perdure o referido inadimplemento.

18.3.2. Uma vez sanado qualquer EVENTO DE INADIMPLENTO, NOTIFICADO conforme item 18.2, as obrigações das PARTES no CONTRATO serão restabelecidas e as PARTES não mais terão o direito de resolver o CONTRATO com base em tal inadimplemento.

18.4. Na hipótese de resolução do CONTRATO, a PARTE inadimplente deverá pagar à outra PARTE, como indenização única aplicável em tal caso, independentemente do valor das perdas e danos efetivamente incorridos, o VALOR DE INDENIZAÇÃO DA RESOLUÇÃO (VIR) apurado conforme abaixo:

$$VIR = 0,20 \times (QDC \times DF \times PG)$$

<i>VIR</i>	VALOR DE INDENIZAÇÃO DA RESOLUÇÃO antecipada do CONTRATO a ser pago pela PARTE inadimplente à outra PARTE;
<i>QDC</i>	QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC) vigente na data de resolução do CONTRATO;
<i>DF</i>	Quantidade de DIAS faltantes para o término do prazo de vigência do CONTRATO, limitado a 365 (trezentos e sessenta e cinco) DIAS;
<i>PG</i>	PREÇO DO GÁS (PG) vigente na data de resolução do CONTRATO, acrescido dos tributos e encargos aplicáveis.

18.4.1. Acordam as PARTES que o valor estipulado no item 18.4 representa a totalidade de indenização exigível da PARTE inadimplente em decorrência da resolução, ainda que maior seja o montante das eventuais perdas e danos. Efetuado o pagamento, nada mais haverá a pleitear extrajudicialmente ou judicialmente.

18.4.2. Na hipótese de rescisão imotivada do CONTRATO, a PARTE solicitante se sujeitará ao pagamento do VALOR DE INDENIZAÇÃO DA RESOLUÇÃO (VIR) à outra PARTE.

18.5. A PARTE adimplente emitirá um DOCUMENTO DE COBRANÇA à PARTE inadimplente com o valor, acrescido dos tributos, correspondente ao VALOR DE INDENIZAÇÃO DA RESOLUÇÃO (VIR), detalhando o seu cálculo. O DOCUMENTO DE COBRANÇA deverá ser pago em até 30 (trinta) DIAS após a data de sua emissão.

18.6. Caso o CONTRATO seja resolvido antecipadamente conforme itens 18.2, 18.3.1 ou 18.4.2, as seguintes regras serão aplicadas com relação à QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA (QPNR):

- (a) caso a VENDEDORA seja a PARTE inadimplente que tenha dado causa à resolução do CONTRATO pela COMPRADORA, a VENDEDORA deverá pagar à COMPRADORA, no prazo previsto no item 18.5, o montante correspondente ao eventual resíduo de QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA (QPNR), vigente na data da resolução do CONTRATO, após compensação de qualquer valor incontroverso devido pela COMPRADORA à VENDEDORA nos termos deste CONTRATO;
- (b) caso a COMPRADORA seja a PARTE inadimplente que tenha dado causa à resolução do CONTRATO pela VENDEDORA, o montante correspondente ao eventual saldo de QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA (QPNR), limitado ao volume equivalente a 365 (trezentos e sessenta

e cinco) DIAS de QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC), será reduzido do VALOR DE INDENIZAÇÃO DA RESOLUÇÃO (VIR) a ser paga pela COMPRADORA à VENDEDORA. Caso o valor da QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA (QPNR) seja superior ao VALOR DE INDENIZAÇÃO DA RESOLUÇÃO (VIR) a ser paga pela COMPRADORA à VENDEDORA, a VENDEDORA deverá pagar à COMPRADORA, após compensação de qualquer valor incontroverso devido pela COMPRADORA à VENDEDORA, a diferença entre o valor correspondente à QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA (QPNR), observado o limite acima, e o VALOR DE INDENIZAÇÃO DA RESOLUÇÃO (VIR).

18.7. O CONTRATO poderá ser resolvido por qualquer das PARTES, mediante envio de NOTIFICAÇÃO por escrito à outra PARTE, sem responsabilidade alguma de qualquer PARTE perante a outra PARTE, nas seguintes ocorrências:

- (a) por mútuo acordo das PARTES;
- (b) pela impossibilidade de consumo e/ou de fornecimento de GÁS em sua totalidade em razão de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR por um período continuado maior que 12 (doze) MESES;
- (c) pela extinção da concessão sem culpa da COMPRADORA.

18.8. A resolução do CONTRATO, nos termos previstos nesta cláusula e, conforme o caso, mediante o pagamento da quantia prevista no item 18.4, não eximirá as PARTES do pagamento dos valores eventualmente devidos à outra PARTE até a data de tal resolução e tampouco prejudicará ou afetará as previsões do CONTRATO sobre sigilo e confidencialidade, incidências tributárias e solução de controvérsias e as que, expressa ou tacitamente, devam permanecer em vigor após a resolução.

18.9. O inadimplemento de qualquer das PARTES em quaisquer outros contratos celebrados por elas não será considerado inadimplemento no CONTRATO nem ocasionará a sua resolução, a aplicação de penalidade de qualquer natureza ou a suspensão de quaisquer obrigações aqui previstas.

19. CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR

19.1. Caracteriza-se como CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, com estrita observância do artigo 393 e seu parágrafo único do Código Civil Brasileiro, qualquer evento ou circunstância que afete qualquer uma das PARTES e que reúna, concomitantemente, todos os seguintes pressupostos:

- (a) que a ocorrência se dê e permaneça fora do controle da PARTE AFETADA;
- (b) a PARTE AFETADA não concorra direta ou indiretamente para a sua ocorrência;
- (c) a atuação da PARTE AFETADA, conquanto diligente e tempestiva, não tenha sido suficiente para impedir ou atenuar sua ocorrência;
- (d) sua ocorrência afete ou impeça diretamente o cumprimento, total ou parcial, pela PARTE AFETADA, de uma ou mais obrigações previstas no CONTRATO.

19.2. Abrangência.

19.2.1. Sem prejuízo da existência de quaisquer outros eventos de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR que afetem qualquer das PARTES, fica, desde já, aceito e reconhecido como evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR qualquer um dos eventos listados abaixo, desde que verificados os requisitos desta Cláusula 19:

- (i) ato de atentado público ou terrorismo, guerra declarada ou não, ameaça de guerra, revolução, guerrilha, insurreição, comoção civil, tumulto, rebelião, insurreição militar, golpe de estado, estado de sítio, declaração de estado de emergência, calamidade pública ou lei marcial, embargo ou bloqueio econômico;
- (ii) cataclismos, raios, terremotos, tornados, tempestades, incêndios, inundações e explosões; e
- (iii) qualquer evento que afete o cumprimento das obrigações de qualquer contrato celebrado pela VENDEDORA com terceiros referentes ao transporte e/ou à compra e venda de gás, necessário ao fornecimento do GÁS objeto do CONTRATO, e que seja comprovadamente caracterizado como CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, conforme definido nesta cláusula.

19.3. Eventos excluídos.

19.3.1 Não se configuram como CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR os seguintes eventos:

- (a) greve ou qualquer outra perturbação de natureza similar executada somente pelos empregados, agentes, contratados ou subcontratados da PARTE AFETADA;
- (b) alteração das condições econômicas e financeiras da PARTE AFETADA, bem como a alteração das condições de mercado do GÁS;
- (c) qualquer quebra ou falha de qualquer setor de planta industrial, instalações, maquinário ou equipamento pertencente à PARTE AFETADA, seus contratados, subcontratados, fornecedores e transportadores de GÁS ou usuários, exceto se decorrente diretamente da ocorrência do CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR;
- (d) atraso no desempenho das obrigações assumidas por prestadores de serviços contratados ou subcontratados da PARTE AFETADA que afetem o cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela PARTE AFETADA neste CONTRATO, exceto se comprovado que o atraso por parte dos prestadores de serviços contratados ou subcontratados decorreu diretamente da ocorrência de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

19.4. Procedimentos em ocorrências de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

Na hipótese de ocorrência de situações caracterizadas como CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, deverão ser adotadas pela PARTE AFETADA as seguintes medidas:

- (a) informar sobre a ocorrência do evento e enviar NOTIFICAÇÃO à outra PARTE, tão logo quanto possível, apresentando as informações disponíveis em relação à estimativa da duração, do provável impacto no desempenho de suas obrigações e as possíveis ações que serão tomadas, pela PARTE AFETADA, para remediar ou mitigar as consequências de tal evento;
- (b) adotar as providências cabíveis para remediar ou atenuar as consequências de tal evento, visando possibilitar a execução normal do CONTRATO o mais brevemente possível;
- (c) manter a outra PARTE informada a respeito de suas ações e de seu plano de ação;

- (d) prontamente enviar NOTIFICAÇÃO à outra PARTE da cessação do evento e de suas consequências;
- (e) permitir à outra PARTE, quando possível, o acesso a qualquer instalação afetada pelo evento, para uma inspeção local, por conta e risco da PARTE que deseje inspecionar;
- (f) complementar posteriormente a informação de que trata o item 19.4(a) com a comprovação da ocorrência do CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, bem como seu impacto adverso no cumprimento das obrigações da PARTE AFETADA;
- (g) sendo a PARTE AFETADA a VENDEDORA: não tratar a COMPRADORA de forma discriminatória com relação a outros clientes também atingidos pelo evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, devendo aplicar a redução no fornecimento do GÁS de forma equitativa; e
- (h) sendo a PARTE AFETADA a COMPRADORA: não tratar a VENDEDORA de forma discriminatória com relação a outros fornecedores que entregam nos pontos atingidos pelo evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, devendo aplicar a redução na retirada do GÁS de forma equitativa.

19.4.1. Caso a NOTIFICAÇÃO de que trata o item 19.4(a) seja enviada em até 3 (três) DIAS ÚTEIS contados do conhecimento da ocorrência do evento, a suspensão das obrigações das PARTES em decorrência de evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR se dará a partir da data em que o referido evento tenha se iniciado.

19.4.2. Na hipótese de a NOTIFICAÇÃO ser enviada após o prazo previsto no item 19.4.1, os efeitos do evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR somente se produzirão a partir da data de envio da NOTIFICAÇÃO.

19.4.3. Com relação aos itens 19.4(a) e (b), a PARTE AFETADA não estará obrigada a agir diferentemente do que seja apropriado às práticas da indústria, e semelhante à prática adotada em situações similares.

19.5. Obrigações não afetadas. Nenhum CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR eximirá as PARTES de qualquer de suas obrigações devidas anteriormente à ocorrência do respectivo evento ou que se tenham constituído antes dele, embora sejam exigíveis durante ou posteriormente ao evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, em especial as obrigações de pagar as importâncias em dinheiro devidas no CONTRATO.

19.6. Efeitos no CONTRATO.

19.6.1. Com a ocorrência de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, as PARTES, enquanto perdurarem os efeitos decorrentes de tal evento, estarão dispensadas do cumprimento das obrigações contratuais diretamente afetadas pelo evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, caracterizado nos termos do CONTRATO, bem como exonerada de qualquer responsabilidade pela falta ou atraso no cumprimento das obrigações que sejam diretamente atribuíveis ao CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

19.6.2. Para cada DIA de um evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR será estabelecida uma nova QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP), considerando a QUANTIDADE DE GÁS que não será entregue e/ou retirada, conforme NOTIFICAÇÃO de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, que servirá de base para a penalidade estabelecida na Cláusula 16.

19.6.3. A QUANTIDADE DE GÁS que não possa ser entregue pela VENDEDORA ou retirada pela COMPRADORA em função de um evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR será abatida dos compromissos de retirada e de fornecimento do CONTRATO.

19.6.4. Caso ocorra a impossibilidade de consumo e/ou de fornecimento parcial de GÁS em razão de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR por um período continuado maior que 12 (doze) MESES, a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC) será reduzida, na mesma proporção, mediante celebração de termo aditivo ao CONTRATO.

19.7. Em caso de divergência de entendimento quanto à caracterização de um evento como CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, qualquer das PARTES poderá submetê-la à solução de controvérsias e eventuais valores controversos decorrentes dos impactos de um evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR deverão observar o disposto no item 8.4 e seus subitens deste CONTRATO.

19.8. Caso a decisão judicial determine que não ocorreu o CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, ou a PARTE que alegou mude seu entendimento, a PARTE que tenha alegado tal evento será responsável pelas consequências previstas no CONTRATO devido ao não cumprimento das obrigações que foram suspensas por força do suposto evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

20. CESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES

20.1. O CONTRATO poderá ser cedido, no todo ou em parte, a uma pessoa jurídica que reúna as mesmas ou similares condições de garantia técnica e solvência financeira e risco de integridade que a cedente, com a efetiva transferência e sub-rogação de todos os direitos e obrigações estipulados no CONTRATO, desde que mediante aprovação da PARTE não cedente conforme itens 20.2.1 e 0 abaixo. A sub-rogação se efetuará uma vez respeitada a LEI.

20.2. A PARTE que desejar ceder seus direitos e obrigações, conforme item 20.1, deverá manifestar sua intenção, mediante NOTIFICAÇÃO prévia à outra PARTE, que deverá concordar ou justificar a recusa, esta baseada em critério de natureza técnica e/ou econômico-financeira ou, ainda, de não conformidade com o disposto na Cláusula 21 – COMPROMISSOS DE CONDUTA: INTEGRIDADE E CONFORMIDADE LEGAL deste CONTRATO e com o risco de integridade da pessoa jurídica, em um prazo máximo de 120 (cento e vinte) DIAS.

20.2.1. A falta de manifestação formal em contrário no prazo estipulado será considerada como plena concordância com a cessão pela PARTE omissa.

20.2.2. Tendo havido recusa que não seja considerada procedente pela PARTE que deseja efetuar a cessão, o assunto será submetido à solução de controvérsias.

20.3. Autorizada a cessão, dela deverá constar, obrigatoriamente, que a PARTE remanescente opõe ao cessionário as exceções oriundas do CONTRATO que lhe competirem opor ao cedente, o qual permanecerá solidariamente obrigado ao cessionário até o cumprimento integral pelo cedente de todas as obrigações contratuais constituídas e vencidas porventura existentes até o momento da cessão.

20.3.1. Na hipótese de cessão parcial do CONTRATO, a PARTE cedente e o cessionário serão responsáveis por todos os direitos e obrigações decorrentes do CONTRATO, na proporção de seus respectivos volumes.

21. COMPROMISSOS DE CONDUTA: INTEGRIDADE E CONFORMIDADE LEGAL

21.1. Saúde Ocupacional, Meio Ambiente e Proteção ao USUÁRIO.

21.1.1. As PARTES comprometem-se a observar as normas legais e regulatórias relacionadas ao transporte e à distribuição de GÁS, além de envidar esforços para a adoção das melhores práticas da indústria internacional de GÁS e obediência às normas e procedimentos técnicos e científicos pertinentes, visando à garantia de:

- (a) segurança operacional, pelo emprego de métodos e processos que assegurem a segurança ocupacional, a saúde ocupacional do trabalhador e a prevenção de acidentes operacionais;
- (b) preservação do meio ambiente e respeito às populações, com a adoção de tecnologias e procedimentos associados à prevenção e à mitigação de danos ambientais;
- (c) proteção e segurança do USUÁRIO quando da utilização do GÁS.

21.2. Política anticorrupção

21.2.1. As PARTES comprometem-se a atuar e fazer com que seus funcionários, empregados, colaboradores e terceiros contratados atuem em conformidade com a legislação em vigor e com os mais altos padrões de integridade empresarial. As PARTES declaram possuir e obrigam-se a observar os princípios e regras constantes de seus próprios Código de Conduta e demais políticas, os quais integram o presente CONTRATO para todos os fins, sendo de observância obrigatória para as PARTES.

21.2.2. As PARTES declaram neste ato que estão cientes, conhecem e entendem todos os termos das leis de anticorrupção, comprometendo-se a abster-se de qualquer atividade que constitua uma violação de suas disposições. Nesse sentido, as PARTES se obrigam a observar, e fazer com que seus fornecedores, funcionários, empregados, colaboradores e terceiros contratados observem estritamente as normas contra fraude, corrupção, desonestidade e lavagem de dinheiro estabelecidas nas Políticas de Integridade da Compagas, na Lei Anticorrupção Brasileira nº 12.846/2013 e nas leis anticorrupção internacionais, quando aplicáveis ("LEI ANTICORRUPÇÃO"), durante toda a vigência deste CONTRATO.

21.2.3. Será considerada prática fraudulenta a falsificação ou omissão de fatos, com objetivo de influenciar a execução do CONTRATO, evitando, inclusive, o cumprimento de uma ou mais obrigações contratuais.

21.2.4. Será considerada prática de corrupção a oferta, promessa, autorização ou pagamento de qualquer "item de valor" à "pessoa pública", visando influenciá-la ou induzi-la para reter ou obter negócios ou qualquer outro tipo de vantagem que influencie na execução do CONTRATO. Para os propósitos desta cláusula, definem-se os seguintes termos:

- (i) "Pessoa pública": qualquer agente público de qualquer instância governamental (Federal, Estadual ou Municipal), que desempenhe no Brasil ou em País, território ou dependência estrangeira, cargo, emprego ou função pública relevante em qualquer órgão, departamento, agência, empresa pública, ou em quaisquer outras pessoas jurídicas instituídas por lei, ou organizações públicas internacionais, bem como qualquer pessoa atuando no exercício de suas funções oficiais ou em nome de qualquer governo, entidade governamental ou organização pública internacional, partidos oficiais, ou, ainda, em nome de qualquer candidato a cargo político; e
- (ii) "Item de valor": independente do montante envolvido, (a) valores em espécie e/ou ações; (b) entretenimento e/ou refeições; (c) descontos na aquisição de produtos; (d) reembolso de viagens ou outras despesas; (e) presentes ou compras e suas variantes; (f) doações ou contribuições a entidades públicas ou privadas; e (g) favores pessoais ou contratações de familiares.

21.2.5. O compromisso com a integridade e a conformidade legal assumido pelas PARTES neste ato inclui ainda, sem limitação, as seguintes obrigações:

- (i) Respeitar a integridade física e moral de empregados e contratados, combatendo ativamente práticas de trabalho análogo à escravidão e trabalho infantil e observando a legislação trabalhista e previdenciária em vigor;
- (ii) Respeitar os direitos dos consumidores, incluindo o direito à privacidade e proteção de seus dados pessoais, observadas as normas do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) e da Lei Geral Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), bem como alterações posteriores;
- (iii) Revelar informações que possam afetar a execução do presente CONTRATO ou o profissionalismo do relacionamento entre as PARTES, como a existência de conflitos de interesse, processos judiciais ou alterações societárias relevantes envolvendo qualquer das PARTES; e
- (iv) Implementar e monitorar a aplicação de um programa de integridade que inclua um canal para denúncia de irregularidades.

21.2.6. Para os fins desta cláusula, as PARTES declaram neste ato que:

- (i) Não violaram, violam ou violarão as leis de anticorrupção;
- (ii) Têm ciência que qualquer atividade que viole as leis de anticorrupção é proibida e declaram conhecer as consequências possíveis de tal violação;
- (iii) Não houve ou haverá, durante as negociações e ao longo da vigência deste CONTRATO, qualquer conflito de interesses que possa comprometer a capacidade das PARTES na execução das suas obrigações assumidas neste instrumento ou que possa criar a aparência de impropriedade com relação à sua execução. Se no transcorrer do CONTRATO surgir eventual conflito, a PARTE deverá comunicar a outra PARTE imediatamente para que avaliem conjuntamente tal conflito e tomem as medidas cabíveis, se necessário;
- (iv) Não constam do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) ou do Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), seja por si ou qualquer empresa integrante do mesmo grupo econômico;
- (v) Respeitaram, respeitam e permanecerão respeitando a integridade física e moral de seus empregados e contratados, combatendo ativamente práticas de trabalho análogo à escravidão e trabalho infantil e observando a legislação trabalhista e previdenciária em vigor; e
- (vi) Respeitaram, respeitam e permanecerão respeitando os direitos dos consumidores, incluindo o direito à privacidade e proteção de seus dados pessoais, observadas as normas do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) e da Lei Geral Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), bem como alterações posteriores.

21.2.7. A constatação, por uma PARTE, do envolvimento da outra PARTE em qualquer prática que viole, direta ou indiretamente, o descrito em seus próprios Códigos de Conduta e demais nas Políticas e nos compromissos, declarações e garantias estabelecidos nesta cláusula, poderá resultar, a exclusivo critério da PARTE inocente, na rescisão unilateral imediata do CONTRATO.

21.2.8. Fornecerá declaração, sempre que razoavelmente solicitado pela outra PARTE, no sentido de que vem cumprindo com as disposições desta cláusula.

22. DOMICÍLIO E NOTIFICAÇÃO

22.1. Para todos os efeitos legais derivados do CONTRATO, as PARTES indicam, a seguir, os respectivos domicílios para onde devem ser enviadas as NOTIFICAÇÕES relacionadas ao CONTRATO:

(i) VENDEDORA

End.: Alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 603, 8º andar, CEP 80430-180

Fone: (41) 3021-1100

e-mail: gas@tradener.com.br

a/c: Roberto Schloesser Jr

(ii) COMPRADORA

End.: Avenida João Gualberto, 1698, 6º andar, Juvevê – Curitiba/PR

e-mail: guilherme.bedene@compagas.com.br

a/c: Guilherme Pereira Bedene

22.2. Serão válidas como NOTIFICAÇÃO quaisquer trocas de informação de ordem operacional, de uma PARTE à outra, desde que realizadas entre as centrais operacionais das PARTES, conforme a seguir:

(i) VENDEDORA

End.: Alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 603, 8º andar, CEP 80430-180

Fone: (41) 3021-1100

e-mail: operacao.gas@tradener.com.br

a/c:

(ii) COMPRADORA

End.: Avenida João Gualberto, 1698, 6º andar, Juvevê – Curitiba/PR

e-mail: guilherme.bedene@compagas.com.br / daniele.lara@compagas.com.br

a/c: Guilherme Pereira Bedene / Daniele de Lara Gusso Rosado

22.3. Qualquer uma das PARTES terá o direito de modificar seus dados para contato, acima indicados, mediante NOTIFICAÇÃO transmitida à outra.

22.4. Qualquer NOTIFICAÇÃO será considerada válida na data de seu efetivo e comprovado recebimento, exceto nos casos em que estiver expressamente previsto no CONTRATO de forma diversa.

23. NOVAÇÃO

23.1. As estipulações previstas no CONTRATO não constituem novação de ajustes, acordos ou contratos de mesma natureza já existentes entre as PARTES, que permanecem inalterados.

23.2. Na eventualidade de uma das PARTES deixar de exigir o cumprimento de qualquer obrigação prevista no CONTRATO, tal prática não constituirá novação ou renúncia expressa ou tácita ao direito de fazê-lo em qualquer oportunidade. Qualquer renúncia ou novação a um direito estabelecido no CONTRATO só será considerada válida e eficaz mediante manifestação por escrito da PARTE renunciante.

23.3. Os eventos abaixo especificados não serão considerados como precedentes capazes de novar, tácita ou expressamente, a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC) adotada no CONTRATO permanecendo inalterados os direitos e obrigações estabelecidos no CONTRATO:

- (a) o fornecimento em base contínua ou alternada, pela VENDEDORA à COMPRADORA, de qualquer QUANTIDADE DE GÁS abaixo ou acima da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC); ou
- (b) a retirada em base contínua ou alternada, pela COMPRADORA, de qualquer QUANTIDADE DE GÁS abaixo ou acima da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC).

24. DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1. Limitação de responsabilidade

24.1.1. Observadas as demais disposições deste Contrato, fica expressamente excluída, em qualquer hipótese, a responsabilidade por danos indiretos, consequenciais ou reflexos, incluindo, mas não se limitado, a lucros cessantes, perdas de oportunidade, danos à imagem e danos reputacionais

24.2. Nulidade das cláusulas contratuais.

24.2.1. Se qualquer disposição deste CONTRATO for considerada ilegal, inválida, ou inexecutável, de acordo com as LEIS em vigor durante a vigência do CONTRATO, tal disposição será considerada completamente independente do CONTRATO. O CONTRATO será interpretado e executado como se tal disposição ilegal, inválida ou inexecutável não o integrasse e as disposições remanescentes permanecerão em pleno vigor e não serão afetadas pela disposição ilegal, inválida ou inexecutável.

24.2.2. Na hipótese do item 24.2.1, as PARTES, por aditivo ao CONTRATO, substituirão adequadamente tal disposição ilegal, inválida ou inexecutável por uma disposição ou disposições outras que, dentro do legalmente possível, deverão aproximar-se do que as PARTES entendam ser a disposição original e sua finalidade.

24.3. Modificação das cláusulas.

24.3.1. Este CONTRATO não poderá ser alterado senão por termo aditivo assinado pelos representantes legais devidamente autorizados de ambas as PARTES.

24.4. Declarações e Garantias.

24.4.1. As PARTES declaram e garantem reciprocamente que, na data de celebração do CONTRATO:

- (a) Possuem plenos poderes para celebrar o presente CONTRATO e todos os demais instrumentos nele mencionados, bem como para assumir validamente e cumprir integralmente todas as obrigações deles decorrentes.
- (b) As pessoas naturais que assinam o presente CONTRATO na qualidade de representantes legais encontram-se plenamente autorizadas a fazê-lo, sem qualquer reserva ou limitação e sem a necessidade de obtenção de qualquer autorização legal, contratual ou estatutária que, nesta data, ainda não tenha sido obtida.
- (c) A celebração deste CONTRATO e/ou o cumprimento das obrigações nele contempladas não entram em conflito com (i) qualquer dispositivo dos respectivos contratos ou estatutos sociais das PARTES; (ii) qualquer dispositivo de natureza administrativa ou legal aplicável às PARTES; e/ou (iii) qualquer determinação, intimação, decisão ou ordem emitida por qualquer autoridade que possa afetar, direta ou indiretamente, a capacidade das PARTES de celebrar e cumprir as disposições do presente CONTRATO.
- (d) O CONTRATO vinculará e obrigará as PARTES e seus respectivos sucessores e cessionários,

a qualquer título, incluindo sem limitação as hipóteses de cisão, fusão ou incorporação de qualquer das PARTES.

- (e) O término, a resolução ou a rescisão do CONTRATO não eximirá qualquer PARTE de suas obrigações que subsistam em relação ao mesmo.

24.4.2. As PARTES declaram a mais ampla concordância com os termos deste CONTRATO, além de ter pleno conhecimento que:

- (a) Todas as informações deste CONTRATO são suficientes e possuem todos os elementos necessários de operacionalização do mesmo.
- (b) O presente CONTRATO está em base equilibrada para as PARTES e apresenta condições comerciais de interesse das mesmas.

24.5. **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD**

24.5.1. As PARTES devem estar em conformidade com a Lei nº 13.709/18 (LGPD), devendo indenizar por perdas e danos diretos da outra PARTE decorrentes de violação à LGPD, em decorrência da execução deste CONTRATO.

24.6. **Contingência.**

24.6.1. Para os fins previstos no artigo 35 da Lei nº 14.134/2021, as PARTES obrigam-se a observar compulsoriamente Plano de Contingência para o suprimento de GÁS, em caso de contingência de abastecimento caracterizada nos termos do artigo 34 da Lei 14.134/2021.

24.7. **Lei Aplicável**

24.7.1. Este CONTRATO será regido e interpretado de acordo com as Leis da República Federativa do Brasil.

25. **CONFORMIDADE DAS PARTES E ASSINATURAS**

25.1. As PARTES expressam a sua concordância com o teor integral deste CONTRATO, obrigando-se a seu fiel e estrito cumprimento.

25.2. Este CONTRATO será assinado pelas PARTES de forma eletrônica, mediante utilização de ferramenta que reconheça expressamente a autoria e integridade das respectivas assinaturas, dispensadas as testemunhas nos termos da Lei nº 14.620/2023.

25.3. As assinaturas eletrônicas serão válidas nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001. Cada PARTE dispensa qualquer exigência legal de que este instrumento seja materializado, conservado ou reproduzido em meio tangível, e concorda que uma reprodução eletrônica receberá o mesmo vigor e efeito jurídico de uma assinatura escrita com firmas reconhecidas e que o presente CONTRATO terá eficácia de título executivo extrajudicial.

25.4. Para todos os efeitos, a data de assinatura do presente CONTRATO será a data da última assinatura eletrônica validada.

25.5. Se este CONTRATO não for assinado por ambas as PARTES, será considerado sem efeito.

Curitiba, assinado e datado eletronicamente

VENDEDORA
TRADENER LTDA.:

Guilherme Rocha Avila
Diretor Executivo - CEO

Roberto Schloesser Júnior
Diretor Comercial de Gás

COMPRADORA
COMPANHIA PARANAENSE DE GÁS – COMPAGAS:

Eudis Furtado Filho
Diretor Presidente

Luciano Kulka Ribas
Diretor de Administração e Finanças

Testemunhas:

Nome: Guilherme Pereira Bedene

Nome: Douglas Lorenzi Vizoni

GSA Final Limpa - COMPAGAS e TRADENER 12Dez25.pdf

Assinaturas

- ✓

Guilherme Pereira Bedene

Assinou como testemunha em 19 dez 2025 às 15:21:18
- ✓

Roberto Schloesser Júnior

Assinou em 19 dez 2025 às 12:06:51
- ✓

Guilherme Rocha Avila

Assinou em 19 dez 2025 às 12:50:55
- ✓

Gislaine Lisboa Santos Ordonó

Assinou como validador em 19 dez 2025 às 14:04:51
- ✓

Fernando Gerlach

Assinou como validador em 19 dez 2025 às 11:53:47
- ✓

Douglas Lorenzi Vizoni

Assinou como testemunha em 19 dez 2025 às 11:56:27
- ✓

Luciano Kulka Ribas

Assinou em 19 dez 2025 às 15:23:23
- ✓

Eudis Furtado

Assinou em 19 dez 2025 às 15:30:42

Log

19 dez 2025, 11:09:58	<p>Operador com email daniele.lara@compagas.com.br [REDACTED] criou este documento [REDACTED]. Data limite para assinatura do documento: 18 de janeiro de 2026 (11:09). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.</p>
19 dez 2025, 11:22:01	<p>Operador com email daniele.lara@compagas.com.br [REDACTED] alterou o processo de assinatura. Data limite para assinatura do documento: 24 de fevereiro de 2026 (16:27).</p>
19 dez 2025, 11:22:01	<p>Operador com email daniele.lara@compagas.com.br [REDACTED] adicionou à Lista de Assinatura: guilherme.bedene@compagas.com.br para assinar como testemunha, via E-mail.</p> <p>Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Guilherme Pereira Bedene.</p>
19 dez 2025, 11:22:01	<p>Operador com email daniele.lara@compagas.com.br [REDACTED] adicionou à Lista de Assinatura: luciano.ribas@compagas.com.br para assinar, via E-mail.</p> <p>Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Luciano Kulka Ribas.</p>
19 dez 2025, 11:22:01	<p>Operador com email daniele.lara@compagas.com.br [REDACTED] adicionou à Lista de Assinatura: eudis.furtado@compagas.com.br para assinar, via E-mail.</p> <p>Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Eudis Furtado.</p>
19 dez 2025, 11:22:01	<p>Operador com email daniele.lara@compagas.com.br [REDACTED] adicionou à Lista de Assinatura: juridico@tradener.com.br para assinar como validador, via E-mail.</p> <p>Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Fernando Gerlach.</p>
19 dez 2025, 11:22:01	<p>Operador com email daniele.lara@compagas.com.br [REDACTED] adicionou à Lista de Assinatura: douglas@tradener.com.br para assinar como testemunha, via E-mail.</p> <p>Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Douglas Lorenzi Vizoni [REDACTED]</p>
19 dez 2025, 11:22:01	<p>Operador com email daniele.lara@compagas.com.br [REDACTED] adicionou à Lista de Assinatura: roberto@tradener.com.br para assinar, via E-mail.</p> <p>Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Roberto Schloesser Júnior.</p>
19 dez 2025, 11:22:01	<p>Operador com email daniele.lara@compagas.com.br [REDACTED] adicionou à Lista de Assinatura: gavila@tradener.com.br para assinar, via E-mail.</p> <p>Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Guilherme Rocha Avila.</p>

19 dez 2025, 11:22:01	Operador com email danielle.lara@compagas.com.br [REDACTED] adicionou à Lista de Assinatura: gislaine.ordono@compagas.com.br para assinar como validador, via E-mail. Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Gislaine Lisboa Santos Ordonó.
19 dez 2025, 11:53:47	Fernando Gerlach assinou como validador. Pontos de autenticação: Token via E-mail juridico@tradener.com.br. [REDACTED] [REDACTED] Componente de assinatura versão 1.1361.1 disponibilizado em https://app.clicksign.com.
19 dez 2025, 11:56:27	Douglas Lorenzi Vizoni assinou como testemunha. Pontos de autenticação: Token via E-mail douglas@tradener.com.br. [REDACTED] [REDACTED] Componente de assinatura versão 1.1361.1 disponibilizado em https://app.clicksign.com.
19 dez 2025, 12:06:51	Roberto Schloesser Júnior assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail roberto@tradener.com.br. [REDACTED]. Componente de assinatura versão 1.1361.1 disponibilizado em https://app.clicksign.com.
19 dez 2025, 12:50:55	Guilherme Rocha Avila assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail gavila@tradener.com.br. [REDACTED] [REDACTED]. Componente de assinatura versão 1.1361.1 disponibilizado em https://app.clicksign.com.
19 dez 2025, 14:04:51	Gislaine Lisboa Santos Ordonó assinou como validador. Pontos de autenticação: Token via E-mail gislaine.ordono@compagas.com.br. [REDACTED]. Componente de assinatura versão 1.1361.1 disponibilizado em https://app.clicksign.com.
19 dez 2025, 15:21:18	Guilherme Pereira Bedene assinou como testemunha. Pontos de autenticação: Token via E-mail guilherme.bedene@compagas.com.br. [REDACTED] [REDACTED]. Componente de assinatura versão 1.1361.1 disponibilizado em https://app.clicksign.com.
19 dez 2025, 15:23:23	Luciano Kulka Ribas assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail luciano.ribas@compagas.com.br. [REDACTED]. Componente de assinatura versão 1.1361.1 disponibilizado em https://app.clicksign.com.
19 dez 2025, 15:30:42	Eudis Furtado assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail eudis.furtado@compagas.com.br. [REDACTED]. Componente de assinatura versão 1.1361.1 disponibilizado em https://app.clicksign.com.
19 dez 2025, 15:30:42	Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento [REDACTED] [REDACTED]

**Documento assinado com validade jurídica.**

Para conferir a validade, acesse <https://www.clicksign.com/validador> e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.

As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento [REDACTED] com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em www.clicksign.com.